

LUCAS REIS ÁVILA

A TELESUR E A COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
Uma análise da emissora e dos seus processos de construção do real.

Belo Horizonte
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE – UNI-BH
2008

LUCAS REIS ÁVILA

**A TELESUR E A COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
Uma análise da emissora e dos seus processos de construção do real.**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo do Centro Universitário de Belo Horizonte / UNI-BH. Como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Tacyana Arce

Belo Horizonte

2008

Agradeço à minha família, pelo incentivo de sempre e pelo amor maior que o mundo. Este trabalho não se concretizaria sem a colaboração de Alessandra Gudel, Javier Mendoza, Armando Jimenez e toda a equipe da redação em português, que me receberam tão bem na sede da Telesur, em Caracas, quando decidi sobre o que faria minha monografia. Aos colegas e amigos que compartilharam quase que diariamente esses quatro anos: Adilson, Maria Elisa, Tati, Carol, Higo e Virna. Aos amigos da Geografia, compreensivos quando deixava tudo para a última hora ou quando simplesmente não fazia. O caminho entre duas faculdades não é fácil. Ana Regina, Tetê,

Thiago, Luciana, Felipão e Bia Nogueira. À Rádio UFMG Educativa, pelo aprendizado e por todos os maravilhosos frutos que saíram dela.

“El sistema encuentra su paradigma en la inmutable sociedad de las hormigas. Por eso se lleva mal con la historia de los hombres, por lo mucho que cambia. Y porque en la historia de los hombres cada acto de destrucción encuentra su respuesta, tarde o temprano, en un acto de creación.” (Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho oferece, através da análise qualitativa e quantitativa dos programas *Telesur Noticias* e *Sintesis Latinoamericana*, um estudo sobre a comunicação na América Latina, em especial a televisão. Criada em 2005 com o objetivo de se tornar uma rede de notícias que se contrapõe aos grandes conglomerados internacionais de comunicação, a Telesur é financiada por governos alinhados ideologicamente, mas possui como diretriz uma linha editorial independente e alternativa. O trabalho rebusca o conceito de América Latina, a inserção do continente na Nova Ordem Mundial e no processo de globalização com base na construção de uma nova ordem comunicacional na região. Os diversos efeitos que a globalização trouxe aos países latino-americanos fizeram com que se discutisse, principalmente, a democratização e o acesso a variados meios de comunicação. A televisão, como meio de maior abrangência no continente, concentra o foco de todas as discussões. As transformações da política na comunicação para as massas, o histórico da televisão na América Latina e como as rotinas de produção televisiva correspondem à lógica de produção faz com que cada vez mais se pense em uma comunicação pública ou estatal voltada ao compromisso ético e independente do poder ou de interesses comerciais de comunicação.

Palavras-chave: Telesur, América Latina, Venezuela, televisão, globalização, neoliberalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A AMÉRICA LATINA E UMA NOVA ORDEM COMUNICACIONAL	9
1.1 O conceito de América Latina	9
1.2 A inserção da América Latina na nova ordem mundial e no processo de globalização ..	13
1.3 As resistências locais da comunicação frente à globalização	17
1.4 Os efeitos da globalização sobre os processos comunicacionais e sua caracterização na América Latina	21
2. A TELEVISÃO, AMÉRICA LATINA E A COMUNICAÇÃO PARA AS MASSAS	27
2.1 As transformações políticas na era da comunicação de massa	27
2.2 Histórico da televisão na América Latina	29
2.2.1 A Televisão na Venezuela	31
2.3 Fazer televisão: uma atividade capitalista?	35
2.3.1 As rotinas de produção televisivas e a lógica do capitalismo	36
2.3.1.1 O fazer telejornalístico	38
2.4 Os desafios da comunicação pública e estatal	40
2.4.1 Comunicação pública	40
2.4.2 Comunicação estatal	44
3. TELESUR E AMÉRICA LATINA: ONDE ESTÁ O NORTE PARA ESTE SUL?	47
3.1 Definições metodológicas	47
3.2 A Telesur – La nueva televisión del sur	50
3.3 A cobertura da Telesur em números: a análise quantitativa	55
3.3.1 O <i>Telesur Notícias</i> , a América Latina e o mundo	56
3.3.2 A síntese semanal – Análise do programa <i>Síntesis Latinoamericana</i>	62
3.4 A visão de mundo : análise qualitativa da Telesur	65

3.4.1 Telesur, as multinacionais e os tratados de livre comércio	66
3.4.2 Telesur e os governos latino-americanos	67
3.4.3 A revolução bolivariana na Telesur	70
3.4.4 Telesur e o mundo	72
3.4.5 Telesur e a cultura na América Latina	73
3.5 Telesur: um jornalismo alternativo?	74
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	81

INTRODUÇÃO

A ascensão de governos de esquerda nos países da América Latina do final da década de 1990 até os dias de hoje (em especial Venezuela, Bolívia, Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Equador, Nicarágua e Guatemala) levantaram grandes questionamentos e discussões sobre a inserção da América Latina na chamada Nova Ordem Mundial, o processo de globalização vivido por ela e também sobre as condições econômicas e sociais de subdesenvolvimento, que ainda são realidade em todos os países da região.

Na Venezuela, o presidente Hugo Chávez se tornou um grande líder dos países latino-americanos que compartilham os ideais de integração e de cooperação econômica, política e social. Com o objetivo de enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos em importância política e econômica no mundo, o governo venezuelano propôs reformas estruturais (como a nacionalização de empresas, reforma agrária, criação dos conselhos comunais etc) que objetivam a melhoria das condições de vida do povo venezuelano e a distribuição de forma mais justa a renda entre as camadas sociais do país.

Antes mesmo da chegada destes líderes ao poder, a comunicação e, em especial, a televisão, como um dos maiores meios difusores da indústria cultural na América Latina, já era repensada em sua forma e produção no continente. A chegada destes governos de esquerda só reascendeu o debate e as propostas de uma nova comunicação pública, longe dos monopólios comerciais. Os governos de esquerda sempre acusaram as grandes redes de comunicação (sejam nacionais ou internacionais) de estarem aliadas às elites locais e internacionais, propondo aos cidadãos valores de vida e de consumo extremamente ligados à lógica de produção do capitalismo.

Neste contexto, em que já se repensava uma nova ordem comunicacional na América Latina, surgiu, em 2005, a Telesur (Nueva Televisión del Sur). Inaugurada em Caracas, Venezuela, a rede multi-estatal foi uma proposta do presidente Chávez de contestar a informação veiculada nos grandes meios de comunicação internacional, como a CNN.

O objetivo deste trabalho é analisar os programas *Telesur Noticias* e *Sintesis Latinoamericana* (14 programas no total), pelos quais passa a construção de uma nova comunicação na região, buscando apreender qual é a proposta da emissora, a visão de mundo que ela constrói, e se realmente cumpre o objetivo de ser uma rede de televisão independente e alternativa.

No primeiro capítulo, com base nos autores Andrade (1999), Petras (1999), Santos (2002), Thompson (1998), Canclini (1995) e Moraes (2003), foram analisados a América Latina e a construção de uma nova ordem comunicacional. Para isso, foram identificados o conceito de América Latina, a inserção do continente na Nova Ordem Mundial e no processo de globalização. Dentro deste processo, que conta com a adoção do modelo neoliberal em vários países da região, foram pesquisados os efeitos da globalização sobre os processos comunicacionais latino-americanos e as resistências locais frente à globalização.

O segundo capítulo, em referência a Gomes (2004), Sader (2007), Vizeu (2005) e Duarte (2007), se ocupou em contextualizar a televisão e as transformações da política na comunicação para as massas, o histórico da televisão na América Latina (e em especial na Venezuela) e como as rotinas de produção televisiva e o fazer telejornalísticos estão com bases firmadas em modelos próprios e podem se confundir com a própria lógica do sistema capitalista. Além disso, o capítulo analisa os conceitos de comunicação pública e estatal e sua relação com o poder.

O terceiro capítulo é o espaço de análise empírica de sete edições do *Telesur Noticias* e sete edições do *Sintesis Latinoamericana* que mostra, através das notícias veiculadas pela rede, qual é a maneira que ela lida com o próprio continente e com o mundo, quais os assuntos abordados e qual o espaço que cada país recebe durante o noticiário.

Foi constatado que a Telesur inova ao apresentar uma programação quase que exclusivamente voltada à América Latina. Produção de vários países em conjunto, reportagens culturais mostrando as diversas faces do continente, etc. No entanto, em se tratando da independência editorial da emissora em relação aos governos dos países que a mantêm, nota-se que a cobertura de fatos e acontecimentos (principalmente políticos), privilegia movimentos e governos favoráveis aos ideais bolivarianos propostos pelo presidente venezuelano Hugo Chávez.

1 A AMÉRICA LATINA E UMA NOVA ORDEM COMUNICACIONAL

Este capítulo serve como base de estudo da comunicação na América Latina e das possíveis alternativas de comunicação desenvolvidas no continente nos últimos anos. A Telesur, rede de televisão multi-estatal fundada em 2005, tem a proposta de ser uma

verdadeira rede integradora de povos, uma alternativa de comunicação e jornalismo no continente. Neste aspecto, o trabalho vai mostrar como a Telesur trata dos assuntos provenientes principalmente dos países latino-americanos e como, desta forma, constrói a sua visão de mundo.

Os processos de colonização do continente latino-americano foram bem semelhantes na exploração do trabalho, na extração de riquezas e na dependência econômica que se estabeleceu em relação aos países desenvolvidos. Desta maneira, a inserção da América Latina na Nova Ordem Mundial e nos processos de globalização do século XX apresentou características bem semelhantes. Desta forma, a atual subordinação dos países latino-americanos às novas tecnologias e ao modelo econômico predominante é reflexo da comunicação desenvolvida pelo continente. Os efeitos da globalização sobre os processos comunicacionais na América Latina fizeram com que muitos pesquisadores pensassem uma alternativa que fugisse do monopólio e dos grandes veículos de comunicação internacional.

1.1 O conceito de América Latina

O nome “América” surgiu pela primeira vez em registros cartográficos no mapa de Martin Waldseemuller, em 1507, para designar as terras ao sul do então novo continente que os europeus encontraram em 1492. No entanto, o nome América foi apropriado no século XIX pelo único país do mundo que até então não tinha nome: os Estados Unidos¹. Assim, passou a ser comum chamar de “América” somente os Estados Unidos da América do Norte, assim como de “americanos” os cidadãos provenientes deste país. Em contraponto, para os demais países do continente colonizados por nações latinas, surgiu o conceito de “América Latina”, utilizado pela primeira vez pelo jurista argentino Carlos Calvo, em 1864, para rebatizar um continente que já havia perdido o seu nome originário.

Segundo Bruit (2002), o conceito de América Latina se popularizou no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente por estudos de pesquisadores, economistas e

¹ Após a independência norte-americana, em 1776, a Doutrina Monroe ajudou a difundir e popularizar o nome: Estados Unidos da América para estas treze ex-colônias britânicas. Dentre os mandamentos desta Doutrina, implementada pelo então presidente James Monroe (1817-1825), destacava-se a posição independente do país, assim como a proibição de qualquer tipo de intervenção européia nas políticas desenvolvidas pelos norte-americanos.

historiadores norte-americanos. Em 1948, com a fundação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), o nome se tornou oficial. No entanto, muitos pesquisadores questionaram a composição da América Latina e até mesmo rejeitaram a latinidade dos povos, devido às diferenças culturais e geográficas entre os diversos países que compõem a região.

Entretanto, a expressão América Latina se difunde intimamente associada ao conceito de subdesenvolvimento que aparece na década de cinquenta. Então, América Latina passa a ser sinônimo de instabilidade política crônica; estrutura produtiva atrasada e em certos casos arcaica; dependência total do capital norte-americano; estrutura fundiária reorganizada pelo capital monopólico; acentuado crescimento demográfico. São estes processos concretos, próprios do século XX, que deram conteúdo histórico à idéia de América Latina (BRUIT, 2002, p. 12).

A inserção da América Latina na chamada nova ordem mundial e na globalização tem origens históricas e sociais. Segundo Manuel Correa de Andrade (1999), a América Latina é considerada a porção do território americano que foi colonizada por europeus a partir da expansão marítima, no século XVI. Como três principais povos colonizaram a região, todos falantes de línguas latinas (portugueses, espanhóis e franceses), chamou-se a parte da América colonizada por eles de América Latina. No entanto, percebe-se que a língua é apenas um detalhe quando se quer definir de maneira conjunta as características próprias da região.

Se levássemos em conta apenas o processo de povoamento poderíamos considerar o Canadá francês, província de Quebec, ou alguns estados dos Estados Unidos que foram conquistados por este país ao México, onde ainda se fala largamente o espanhol – a Califórnia, o Novo México e a Flórida - , como parte da América Latina. (ANDRADE, 1999, p.9)

A colonização e a exploração do território dos países que hoje ocupam a América do Norte (com exceção do México) foram bem diferentes do tipo de colonização feita nos países da América Central e do Sul. Segundo Manuel Correa de Andrade, a classificação dos países incluídos na América Latina ultrapassa os limites da língua e chega às semelhanças sócio-econômicas. “É comum se identificar América Latina com atraso tecnológico, com pobreza e com dominação estrangeira, mesmo após a independência política de alguns países [...] Assim, a fronteira entre os Estados Unidos e o México, simbolizados pelo Rio Grande, seria o limite da América Latina” (ANDRADE, 1999, p. 14). Desta maneira, todos os países da América do Sul, da América Central e o México (que pertence à América do Norte) fazem

parte da América Latina mesmo com um número considerável de nações que não adotam como idioma oficial línguas provenientes do latim.

Os processos de colonização tão semelhantes entre estes povos e a falta de investimentos se refletem nos graves problemas pelos quais passam os países da região. São eles: a pobreza, a falta de saúde e de educação, saneamento básico, as estruturas sociais e a dependência política e econômica.

Após a independência dos países da América Latina, foram inúmeras as correntes políticas que surgiram com o intuito de resolver os problemas sociais e garantir um melhor desenvolvimento para estes países. No período após o *crack* da Bolsa de Nova Iorque², em 1929, surgiu uma nova corrente de ações políticas, econômicas e sociais que influenciou os governos de vários países latino-americanos. Encabeçado pelos nacionalistas Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), no Brasil, e Juan Perón (1946-1955 e 1973-1974.), na Argentina, surgiu um movimento que, tempos mais tarde, ficou conhecido como populismo.

Segundo Haussen (1996), o populismo brasileiro começou a se consolidar efetivamente, com Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo, em 1937. Já na Argentina, o sistema é implantado com a eleição de Juan Domingo Perón, em 1946. Apesar desta diferença de época entre os dois países, as políticas populistas tiveram seu auge na reeleição de Perón na Argentina (1951- 1955) e quando Getúlio Vargas foi reeleito pelo voto no Brasil (1950-1954).

Devem-se principalmente ao esgotamento do modelo econômico agroexportador e ao início do direcionamento para as atividades industriais. Ao mesmo tempo, verifica-se a crise da hegemonia da burguesia oligárquica e do sistema institucional liberal vigente o que dá chance ao surgimento do populismo como resposta a um vazio no poder correspondente à quebra dessa hegemonia. (HAUSSEN, 1996, p. 50)

Quanto às características do populismo, Haussen (1996) afirma que há tendências teóricas contrárias e favoráveis. Para os autores contrários, como Ianni (1989), trata-se de movimento de massas, com partido policlassista, sendo o sindicato tutelado pelo poder público, discurso popular e demagógico e a liderança carismática. Entre as políticas que permeiam a conduta do governo, estão o nacionalismo econômico, desenvolvimentismo e um reformismo social que agrada às massas.

² O crack da bolsa de Nova Iorque, em 1929, gerou uma das maiores crises do sistema capitalista. A grande diminuição das exportações estadunidenses com o fim da Primeira Guerra Mundial, a concentração de capitais e a queda do poder aquisitivo provocaram problemas de superprodução e de subconsumo, atingindo todos os setores da economia norte-americana e mundial. As falências, o desemprego, a polarização político-ideológica levaram vários países do mundo a adotarem novas políticas econômicas e sociais para conter a crise.

Segundo Haussen (1996), os autores que se posicionam favoráveis ao populismo levam em conta, principalmente, os fatores históricos. O populismo surgiu historicamente de uma crise do discurso ideológico dominante resultante de uma crise social muito mais grave. Martin-Barbero (1987) destaca a necessidade da reconstrução histórica marcada pelo processo de modernização dos anos 30-50, assim como o surgimento das grandes massas urbanas para a sustentação do populismo.

Durante este período pós-crise de 1929, os países latino-americanos passaram a cumprir as novas exigências do mercado mundial, como as indústrias de substituição de importações, possível somente com base na organização dos mercados nacionais. Nessa unificação do mercado, as novas tecnologias de comunicação da época cumpriram um papel fundamental: foram porta-vozes dos governos populistas para a construção de uma identidade nacional.

O alcance e o sentido das tecnologias de comunicação em relação à cultura, nesse momento, remetem, então, ao movimento social que dá origem ao populismo: o aparecimento das massas urbanas, constituídas em sujeito social justamente a partir da idéia de nação. “Elas se reconhecem e são o conteúdo daquele novo sujeito social que é o nacional [...] O projeto nacional, por sua vez, somente é possível mediante a comunicação, o encontro entre massas populares e Estado.” O populismo desses anos resultou, assim, na organização de poder que deu forma ao compromisso entre as novas massas urbanas e o Estado. (HAUSSEN, 1996, p. 51)

Segundo Martins (2005 - Reyno), a Revolução Cubana de 1959, que implementou o modelo socialista na ilha, abriu as portas para vários partidos políticos de esquerda pensarem em um socialismo com características próprias (já que até então o modelo soviético era a principal fonte inspiradora destas correntes). Com isso, a ascensão de presidentes em vários países latino-americanos com trajetória de esquerda no período pós 1960 e também pós 1990 mostrou um anseio popular por projetos de reformas e programas que visam a contestar a atual situação da região em relação aos países desenvolvidos.

1.2 A inserção da América Latina na nova ordem mundial e no processo de globalização

A expansão marítima do século XV, que possibilitou a conquista da África, Ásia e América Latina foi, segundo Petras (1999), um dos primeiros reflexos da inserção dos países

na globalização. No entanto, a conquista do chamado Novo Mundo, sempre teve como base o imperialismo³, a acumulação de capital por parte da Europa, ou seja, a exploração do Terceiro Mundo para a acumulação do Primeiro Mundo. Aliás, todo o aparato estatal constituído nos países de Terceiro Mundo (entre eles, a América Latina) foi construído com o objetivo de facilitar ainda mais o processo que integrou as economias do mundo. Oferecimento de matérias-primas, mão-de-obra sob controle, quadros administrativos e um exército conivente com as políticas dos países colonizadores facilitaram imensamente a exploração.

O segundo reflexo mundial da globalização foi constituído em torno do que Petras (1999) chama de comércio inter-imperial. As trocas comerciais dentro da Europa e, mais tarde, com os Estados Unidos e com o Japão, possibilitaram uma série de agrupamentos regionais ligados entre si. Mais tarde, o terceiro reflexo da globalização segundo Petras (1999) foi o do comércio internacional, ou seja, das trocas internacionais de bens que unem mercados e classes e deram à globalização o seu próprio caráter de classe.

[...] a globalização não é um fenômeno novo: é um novo nome que compreende diferentes processos sócio-políticos e econômicos. As origens históricas imperiais mantiveram-se incrustadas numa matriz na qual novos Estados e atores competem pelo acesso privilegiado a redes e apoio estatal. As principais agências de hoje, as empresas multinacionais, desempenham os papéis que antes cabiam às companhias de comércio, integrando e se apropriando de recursos e explorando mão de obra barata [...] Assim, tanto no Norte como no Sul os trabalhadores são explorados: projetos antigos no Norte financiam a atual expansão no Sul (PETRAS, 1999 p.28).

Segundo Petras (1999), o processo de globalização enraizado no passado não tem sido um processo linear de progressiva integração mundial. Durante o século XX, este processo de globalização foi bastante intenso em âmbitos mundiais até o ano de 1914. Após o início da Primeira Guerra Mundial, a queda das exportações mundiais deu início a um prolongado período de ênfase no desenvolvimento da indústria nacional até a metade da década de 1940, quando acabou a Segunda Guerra Mundial. O fim da segunda grande guerra deu origem a um irregular e crescente esforço, dos anos de 1950 a 1970, de retomar a globalização. O fim dos

³ A palavra imperialismo é utilizada desde o início do século XIX para expressar a área de influência política, econômica e social de um império ou de uma dinastia. A investida dos países europeus na dominação e exploração da América passou a ser considerada imperialista pois os povos que ali viviam foram levados a modificar seus costumes, sua lógica produtiva e sua política. (ANDRADE, 1988)

governos nacionalistas e socialistas durante a década de 1980⁴ reafirmou este propósito da retomada da globalização, que segue até os dias de hoje.

Desta maneira, Petras (1999) afirma que a globalização não é o fim ou a última fase do capitalismo como sistema. Ela sempre apresentou este fenômeno cíclico, alternando-se com o período de desenvolvimento nacional. Os principais protagonistas da globalização são os países imperiais em ascensão, ou seja, aqueles onde estão instaladas as principais instituições econômicas competitivas em níveis mundiais. Como a sede da maioria das multinacionais está nestes países, existe uma tendência de defender a globalização irrestrita. Abrem sua economia assim como exigem que os outros países desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo a abram também.

Países imperiais em declínio combinam a globalização restritiva com a globalização seletiva, procurando uma abertura onde (sic) eles ainda retêm uma posição competitiva superior, enquanto impõem restrições à importação em setores onde (sic) perderam a competitividade (Estados Unidos). Países ascendentes em via de desenvolvimento com um (sic) base industrial diversificada combinam “globalização” como uma fórmula para exportação enquanto retém forte regulamentação pelo Estado, que controla a entrada de capital estrangeiro e as importações que podem prejudicar setores econômicos novos ou recém emergentes. (PETRAS, 1999. p. 32)

A atual subordinação dos países ao modelo econômico predominante faz com que se dê importância, primeiramente, às atividades ligadas ao dinheiro, como as importações e as exportações. É uma das formas em que se materializa o mercado global. No entanto, pouco se preocupa com a baixa qualidade de vida e com a pobreza que atingem milhões de pessoas no mundo. Para Milton Santos (2006), os investimentos sociais foram substituídos pelo argumento de que se deve investir o dinheiro público com total prioridade na inserção do país no mundo globalizado.

Ao se observar de perto os aspectos estruturais, nota-se que o centro do sistema busca impor uma globalização de cima para baixo. Isto se dá através da formação de conglomerados econômicos, ampliação de aparatos militares e necessidade de abranger a área de influência. Para Santos (2006), nos países denominados “emergentes”, as políticas de cooperação econômica, negociação de dívidas e facilidades para a fixação de empresas dos países centrais (que o autor chama de Tríade: Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental)

⁴ Durante a década de 1980, a URSS já apresentava inúmeras dificuldades econômicas que exigiam reformas. Foi assim que surgiu o conceito de *perestroika*, ou seja, abertura econômica e *glasnost*, abertura política. Se na época socialista os países que adotaram este sistema tinham pouquíssimas interferências capitalistas, as reformas só ampliaram esta atuação, levando ao colapso da URSS. (ANDRADE, 1988)

através de investimentos não representa uma tentativa de melhoria socio-econômica dos países subdesenvolvidos, mas da própria representação dos interesses econômicos das potências.

A globalização atende, unicamente, a um grupo cada vez menor de pessoas que detém cada vez mais negócios. Mas, na avaliação do autor, os países subdesenvolvidos vão, aos poucos, compreender que a atual ordem mundial só aumenta a dependência.

É certo que a tomada de consciência dessa situação estrutural de inferioridade não chegará ao mesmo tempo para todos os países subdesenvolvidos e, muito menos, será, neles, sincrônica a vontade de mudança frente a esse tipo de relações. Pode-se, no entanto, admitir que, mais cedo ou mais tarde, as condições internas a cada país, provocada em boa parte pelas suas relações externas, levarão a uma revisão dos pactos que atualmente conformam a globalização. (SANTOS, 2006, p. 152)

Segundo Petras (1999), os países desenvolvidos detentores dos maiores recursos financeiros também foram os responsáveis pela criação de inúmeros organismos internacionais que, na verdade, serviam de porta-vozes de determinadas elites na tomada das decisões. O Banco Mundial e o FMI⁵ foram controlados, ao longo dos anos, principalmente pelos Estados Unidos. Serviam para deslocar mercados nacionais e produtores locais a fim de minar a legislação social e facilitar a entrada das multinacionais e a primazia das elites exportadoras locais.

Nos países subdesenvolvidos (o que inclui toda a América Latina), o Estado atuou de uma maneira peculiar na relação entre a economia nacional e o processo de globalização. Para Petras (1999), o Estado adotou a política de diminuição dos salários e cortes de gastos sociais no orçamento. As aposentadorias foram transferidas para o capital privado. A América Latina, em especial, sofreu mais com este processo na chamada “onda neoliberal”⁶ com as chamadas políticas de ajuste estrutural. Concebidas pelos governos em colaboração

⁵ Fundado em 1945 e com sede em Washington, o Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização de 184 países que tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional. Já o Banco Mundial, também com sede em Washington, foi fundado em 1944 com o objetivo de reconstruir os países afetados pela Segunda Guerra Mundial. No entanto, hoje funciona como um agente de financiamento e empréstimos aos países em desenvolvimento. Com uma economia tão dependente de fatores externos, os países desenvolvidos criaram estas instituições para assegurar o não surgimento de crises em países instáveis economicamente. O resultado mais evidente é a dependência dos países subdesenvolvidos destas instituições e o cumprimento de normas que seguem os interesses e as diretrizes destas instituições.

⁶ A concepção neoliberal surgiu com Hayek, na década de 1940, quando escreveu o livro “Caminhos da Servidão”. Nele, o autor tratou do individualismo como uma característica pelo respeito ao ser humano e o reconhecimento das supremacias e opiniões.

com os organismos internacionais, elas aumentam a concentração de renda, a desigualdade social, além da disponibilidade de propriedade pública para a privatização.

Para Holanda (2001), o neoliberalismo é uma concepção de mundo surgida no começo do século XX contrária à predominância das políticas estatizantes e da social-democracia de influência keynesiana. Se para Keynes (1936) o desenvolvimento econômico dos países dependia, necessariamente, de políticas sociais voltadas à oferta de empregos e a distribuição de renda por meio do controle estatal de preços, da inflação e dos salários, a oposição e a crítica a estes princípios fizeram com que surgisse a doutrina neoliberal. Na década de 1970, com a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, o neoliberalismo chegou ao poder implementando a economia de mercado, ou seja, a conjunção do liberalismo econômico com o liberalismo político.

Para Martins (2005 - Reyno), na América Latina o neoliberalismo se iniciou com experiências isoladas em alguns países, como Argentina, Uruguai e Chile. Mas foi mesmo com o Consenso de Washington⁷, em 1989, que o neoliberalismo passou a definir as novas regras para vincular os países da região com a economia mundial. O consenso, que incorporava a liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro, proteção da propriedade privada e privatização das empresas públicas, começou a ser aplicado nos países da América Latina no início dos anos 1990. Com a formulação do Plano Brady, que promoveu a renegociação da dívida externa de vários países da região, concedendo descontos limitados sobre o montante dos juros da dívida, foi exigido que, em contrapartida, os países latino-americanos implementassem as políticas do consenso. Dentre elas, estavam as privatizações, a desestruturação das políticas de substituição de importações e o redimensionamento das relações de dependência.

Segundo Martins (Reyno - 2005), o neoliberalismo se desenvolve na América Latina como uma tentativa de inserção dos países na economia mundial através de duas fases. A primeira, durante a década de 1980, teve base nos efeitos das políticas dos Estados Unidos na economia mundial. Ou seja, os países envolvidos, principalmente Chile e Argentina (uma vez que viviam sob regimes autoritários), mantiveram uma estrutura protecionista que apoiou a geração de superávits destinados ao pagamento da dívida externa.

⁷ O Consenso de Washington é a denominação dada pelo economista e pesquisador John Williamson ao pacote de políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos estadunidenses de Ronald Reagan e George Bush que também influenciou a economia dos países latino-americanos.

No entanto, a partir dos anos 90, com o Consenso de Washington, essa estrutura protecionista é inserida na liberalização comercial financeira e da valorização do câmbio. De acordo com Martins (Reyno - 2005), “a partir de 1995, com a crise mexicana, e posteriormente, em 1999, com a crise brasileira, ou em 2002, com a crise Argentina, a valorização do câmbio dá lugar à sua liberalização e torna-se dominante na região” (MARTINS - Reyno, 2005, p.140).

A implantação do modelo neoliberal na América Latina trouxe efeitos graves para a região, segundo Martins (2005). Se por um lado o crescimento econômico das décadas de 1950-70 trouxe também a desigualdade social (já que o fluxo de investimentos não se destinaram à solução dos problemas sociais), o modelo neoliberal não proporcionou um crescimento econômico forte e a desigualdade aumentou consideravelmente. Os efeitos do neoliberalismo se encontram na desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo e o aprofundamento da superexploração do trabalho.

Por mais lucrativo que o neoliberalismo seja para os ricos, foi um desastre para as classes pobres e trabalhadoras do mundo. A América Latina, campeã de reformas de mercado desde a década de 1980, assistiu ao que o Banco Mundial chama oficialmente de “grande aumento da desigualdade”. O número de pessoas, no mundo todo, que vivem com menos de um dólar por dia aumentou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão em 2000 e parece que vai continuar crescendo por muitos anos. (MCCHESENEY, 2003, p. 241)

1.3 As resistências locais da comunicação frente à globalização

O neoliberalismo e os efeitos da globalização trouxeram inúmeros impactos no cotidiano das pessoas e nas relações entre Estados. Segundo o geógrafo Milton Santos (2006), para a maior parte da humanidade, o processo da globalização tem influência direta sobre os aspectos da vida econômica, cultural, das relações interpessoais e até da subjetividade. Esse processo não se constitui de forma homogênea, já que os indivíduos não são igualmente cooptados por ele. Muito pelo contrário. Há obstáculos na diversidade das pessoas e dos lugares e pode-se dizer que “a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural” (SANTOS, 2006, p. 143).

Uma das conseqüências desta evolução é a valorização da cultura popular, capaz de rivalizar com a cultura de massa e criar as condições necessárias para que a população possa

criar e influir em mudanças na própria história. Neste processo, a cultura é um grande exemplo. Para Santos (2000), um esquema grosseiro sobre a cultura mostraria uma tendência da cultura de massa tentar se impor e se homogeneizar sobre a cultura popular em determinada sociedade. Se esta lógica fosse seguida, o processo seria conduzido por um mercado cego, que não consideraria as especificidades e características culturais próprias de várias sociedades.

Embora seja inegável a presença de um mercado único e as formas de globalização econômica, financeira e cultural que impõem, com menor ou maior força, elementos da cultura de massa na sociedade, sabe-se que esta influência jamais é completa. Segundo o autor, ela encontra resistência da cultura popular pré-existente.

Constituem-se, assim, formas mistas sincréticas, dentre as quais, oferecida como espetáculo, uma cultura popular domesticada associando um fundo genuíno a formas exóticas que incluem novas técnicas. Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais freqüente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. (SANTOS, 2006, p. 144)

A cultura popular, portanto, pode exercer sua qualidade de discurso quando se refere aos pobres, às minorias, aos excluídos. Mesmo que os instrumentos da cultura de massa sejam usados novamente, o conteúdo, desta vez, não é global. Ele se refere a uma realidade específica, cuja base está na cultura local. Mas, segundo Milton Santos, os “de baixo” não dispõem de meios para poder participar de maneira ativa da cultura de massa. Só que, por ser baseada no próprio território, no trabalho e na vida cotidiana de determinado lugar, a cultura popular pode deformar, por este lado, a cultura de massa. Esta cultura se apresenta nos níveis mais baixos da técnica, de capital e de organização. Para Milton Santos (2006), a cultura popular ganha força quando expressada nas músicas, nas falas e nas riquezas típicas de determinada região.

A cultura de massa produz certamente símbolos. Mas estes, direta ou indiretamente ao serviço do poder ou do mercado, são, a cada vez, fixos. Frente ao movimento social e no objetivo de não parecerem envelhecidos, são substituídos, mas por uma outra simbologia também fixa: o que vem de cima está sempre morrendo e pode, por antecipação, já ser visto como cadáver desde o seu nascimento. É essa a simbologia ideológica da cultura de massas. Já os símbolos “de baixo”, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade. (SANTOS, 2006, p. 145)

Segundo o autor, uma nova globalização pressupõe que haja uma mudança radical das condições atuais. A centralidade de uma nova globalização deve ser focada no homem, não nos interesses econômicos. “Com a prevalência do dinheiro em estado puro como motor primeiro e último das ações, o homem acaba por ser considerado um elemento residual” (SANTOS, 2006, p.147).

Para Canclini (1995), durante a chegada dos europeus à América, fez-se a primeira tentativa de incluir o continente latino-americano em uma economia mundial. Os métodos homogêneos de exploração do trabalho na região fizeram com que se unificassem os estilos locais de produção e consumo.

A cristianização dos indígenas, sua alfabetização em espanhol e português, o traçado colonial e em seguida moderno do espaço urbano, a uniformização de sistemas políticos e educacionais foram, juntos, se constituindo num dos processos homogeneizadores mais eficazes do planeta. (CANCLINI, 1995, p. 225)

No entanto, Canclini (1995) reconhece que esta integração histórica pouco contribuiu para impulsionar um desenvolvimento econômico consistente e inserir a região de modo competitivo no mercado mundial. O desenvolvimentismo, assim como outras tendências de modernização evolucionista, atribuíam ao atraso latino-americano os obstáculos culturais que existiam entre cada região e que, ao se modernizarem e industrializarem, os países se vinculariam de forma homogênea e mais fluida. Segundo Canclini (1995), apesar das acentuadas diferenças que ainda persistem entre as regiões, é mais fácil a comunicação pela televisão, por exemplo, que pelos livros, em praticamente todos os países.

Apesar dos entraves sociais que a interculturalidade continua a apresentar no continente, Canclini (1995) afirma que esta problemática não pode ser entendida apenas entre a relação de dominantes e dominados.

Assim como existem mudanças promissoras nas políticas de alguns governos, estão surgindo em grupos indígenas novos modos de se relacionarem – criticamente – suas tradições com a modernização. Alguns movimentos atuais, que reclamam energicamente sua autonomia cultural e política, exigem ao mesmo tempo a sua plena inserção no desenvolvimento moderno. (CANCLINI, 1995, p.230)

Nesses casos, a integração socioeconômica é dificultada pela incompatibilidade entre o tradicional e o moderno. A persistência de hábitos discriminatórios em instituições e grupos hegemônicos dos países subdesenvolvidos não flexibilizam os programas de modernização

voltados à integração pluricultural. Segundo Canclini (2005), uma integração que leve à equidade das classes sociais e das minorias deve ser seguida de reformas que garantam os direitos dos diferentes grupos nas atuais condições de globalização. É responsabilidade dos governos desenvolverem programas que facilitem o acesso à informação e que difundam as diferenças existentes em cada população, seja pelo rádio, pela televisão, por vídeos ou pelo cinema.

A caracterização da nova ordem mundial como sendo de globalização, revolução tecnológica e democratização mostra que, nestas três áreas, a mídia tem um papel fundamental e até mesmo de agente definidor. É praticamente impossível não desvincular a globalização cultural e econômica de um forte sistema de mídia capaz de promover o mercado e incentivar os atuais padrões de consumo que o sistema capitalista necessita para se manter. Segundo Mcchesney (2003), o neoliberalismo, neste processo, é utilizado, muitas vezes, como uma profunda crença na capacidade dos mercados de usar a nova tecnologia para resolver problemas sociais de forma muito melhor que qualquer caminho alternativo. No entanto, como o próprio autor definiu, o modelo neoliberal propõe a desregulamentação da mídia comercial e os mercados de comunicação. Na prática, isto significa que são re-regulamentados para servir aos interesses do grande capital. O mercado da mídia global funciona muito mais como um cartel do que como um mercado competitivo.

As formas de mobilização coletiva para a maior democratização no acesso e na oferta de diferentes informações, as redes de televisão públicas comprometidas com a cidadania, com a pluralidade, educação e com a informação de qualidade são alguns dos muitos caminhos que os países subdesenvolvidos precisam enfrentar se querem viver em um regime verdadeiramente democrático.

Para Ramonet (1999), a máquina da comunicação moderna, acompanhada pelo surgimento dos monopólios, traz inquietação aos cidadãos.

No grande esquema industrial concebido pelos donos das empresas de lazer, cada um constata que a informação é antes de tudo considerada como uma mercadoria, e que este caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático (RAMONET, 1999, p. 8)

1.4 Os efeitos da globalização sobre os processos comunicacionais e sua caracterização na América Latina

Segundo Thompson (1998), o advento da globalização trouxe rapidez e abrangência para os processos comunicacionais do mundo moderno. Um fluxo cada vez maior de informações atinge mais gente em menos tempo, seja em qualquer lugar do mundo. Isso contribui para a interação e diminuição da distância que, em períodos anteriores, era considerada um grande entrave para facilitar esses fluxos de informação.

Embora o século XIX tenha sido importante para o desenvolvimento de tecnologias que aprimoraram a comunicação, foi realmente no século XX que ela tomou âmbitos globais. Para o autor “o século XX testemunhou uma extraordinária proliferação de canais de comunicação e de difusão de informação” (THOMPSON, 1998, p. 143) que abrange desde o rádio até as cadeias de televisão. A comunicação globalizada é definida por ele como estruturada e desigual, o que se reflete nos conglomerados de comunicação que dirigem a globalização da informação, o acesso desigual à rede, o impacto social de novas tecnologias e o fluxo assimétrico de produtos de informação dentro de um sistema global.

Já é sabido, entretanto, que o fluxo internacional dos produtos da mídia é um processo estruturado no qual certas organizações detêm o controle predominante, levando algumas regiões do mundo à extrema dependência de outras para o suprimento de bens simbólicos [...] No campo das notícias, os padrões de dependência refletem o legado das agências internacionais sediadas em Londres. (THOMPSON, 1998, p.142)

Thompson (1998) cita que as discussões em torno dos padrões em que se estruturam a globalização perpassam por estudos que afirmam que a globalização é fruto de interesses comerciais norte-americanos que têm por objetivo central a propagação da cultura ocidental para os mais variados cantos do mundo. No entanto, esse tipo de perspectiva já foi aprofundada, tendo em vista os mais variados tipos de concepções simbólicas em relação a determinado produto norte-americano por parte das mais diferentes sociedades. A crítica que se faz à tese de imperialismo cultural mostra verdadeiras falhas nas concepções equivocadas sobre fenômenos culturais.

Thompson (1998) afirma que a reciprocidade entre as formas de poder econômico e simbólico (muitas vezes visto como instrumento de interesse comercial) são muito mais

complexas. A globalização da informação não conseguiu eliminar o caráter localizado e incisivo da apropriação, mas criou um novo eixo simbólico do mundo moderno.

Segundo Mcchesney (Moraes - 2003), pouco se pensa hoje em dia nos sistemas de mídia nacional. No período anterior às décadas de 1980 e 1990, os interesses comerciais locais, muitas vezes mesclados com um serviço de rádio ou TV estatal, eram ferramentas importantes para a diversificação da informação em vários países do mundo. No entanto, nota-se uma mudança que cada vez mais caminha para a construção consolidada de um mercado global de mídia comercial. Se antigamente se importavam alguns filmes e outros programas de entretenimento principalmente dos Estados Unidos, nos dias atuais esta prática virou regra nos meios de comunicação comerciais. As empresas dominantes da mídia, todas sediadas nos países desenvolvidos, estão cada vez mais se afirmando como entidades globais, fundindo-se e transformando-se em grandes conglomerados.

Em curto prazo, o mercado da mídia global passou a ser dominado por sete multinacionais: Disney, AOL-Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi e Bertelsmann. Nenhuma destas empresas existia em sua forma atual há 15 anos; hoje quase todas elas figuram entre as trezentas maiores empresas não financeiras do mundo em 2001. Das sete, apenas três são verdadeiramente empresas norte-americanas, embora todas elas tenham nos Estados Unidos operações fundamentais. (MCCHESENEY in: Moraes, 2003 p.221)

De acordo com o autor, a televisão, neste sentido, está no centro do sistema de mídia global emergente. No entanto, o desenvolvimento deste sistema de mídia global não ocorreu sem oposição. Pelo contrário, enquanto se desenvolvem cada vez mais políticas que facilitam o domínio dos conglomerados em todo o mundo, aflora um movimento para a conservação da produção nacional mediante o domínio hegemônico destes veículos.

As redes locais de televisão, como é o caso da Rede Globo no Brasil ou a Televisa no México, não são opositoras aos conglomerados mundiais de comunicação. Aliás, é através de várias parcerias com os conglomerados internacionais que estas redes funcionam. No entanto, elas sempre transmitem uma idéia de valorização da produção e da cultura nacional. Segundo Mcchesney (Moraes - 2003), “na América Latina, as empresas de segundo escalão trabalham em conjunto com os gigantes norte-americanos que dividem entre si o bolo da mídia comercial” (MCCHESENEY - Moraes, 2003, p.228). Compartilham-se os mesmos interesses e desenvolvem-se planos para expandir suas fronteiras principalmente para os países de mesmo idioma. As empresas de segundo escalão mantêm suas agendas políticas

pró-empresariais e apóiam a expansão do mercado de mídia global, o que as deixa em total desacordo com os anseios dos grandes segmentos da população de seus países de origem.

Segundo Mcchesney (Moraes – 2003), a mídia global emergente também traz conseqüências culturais e políticas muito significativas, principalmente no que diz respeito aos conceitos de democracia, de imperialismo e reafirmação de valores capitalistas. O mercado está extremamente fechado aos de fora. Não há espaço para competir com os gigantes da comunicação.

Durante a década de 1970, muitos governos mobilizaram-se, através da Conferência Geral da Unesco, para tentar conter a relação tênue entre imperialismo e mídia global e fortalecer a criação de políticas nacionais de comunicação. Na América Latina, a Primeira Conferência Inter-governamental ocorreu em 1976, sem grandes conseqüências para o grande público. Os meios de comunicação de massa evitaram aumentar as discussões sobre uma nova política comunicacional.

As nações do terceiro mundo desenvolveram planos para uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (NOMIC), buscando evitar que o domínio do Ocidente sobre o jornalismo e a cultura tornasse praticamente impossível a nações de independência recente escaparem a condição de colônias. (MCCHESENEY, 2003, p. 228)

Os principais objetivos de se implementar novas Políticas Nacionais de Comunicação (PNC) eram o ordenamento dos sistemas nacionais de comunicação e controlar o seu crescimento através de ações diretas e inúmeras interferências do Estado, “fosse pela exploração de meios estatais de comunicação, fosse por regulamentos e normas diversas que ajustassem os eventuais meios privados aos programas, objetivos e metas que compunham o planejamento governamental para toda a sociedade” (RAMOS, 2000, p. 28).

A Unesco vislumbrava a possibilidade de mudança das condições sociais através dos meios de comunicação, com a implementação de redes de teleeducação, com baixo custo financeiro. Com um mundo bipolar mostrando os embates da Guerra Fria entre socialistas e capitalistas, a Unesco, nesta época, tinha uma clara tendência anti-imperialista e com governos membros tendendo à forma socialista de organização (ou capitalista sem alinhamento com os países da América do Norte). Se discutia comunicação como forma de acelerar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, relacionada à teoria da dependência, com influência marxista, e também da interferência do Estado para que a expansão dos meios de comunicação não gerasse dependência pela importação de tecnologias.

Objeto de diversos estudos e projetos nacionais, financiados, no todo ou em parte, pela própria Unesco, o conceito de políticas nacionais de comunicação foi, assim, ganhando corpo teórico e, principalmente, político, constituindo-se em um dos fulcros do amplo debate em torno da chamada Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, o equivalente comunicativo do debate internacional sobre uma 'nova ordem econômica mundial'. A intensidade do debate e sua inevitável polarização ideológica chagaram a um tal ponto nos anos 70 que obrigaram a Unesco a buscar uma solução de conciliação, criando em 1976 uma comissão de alto nível, integrada por notórios especialistas internacionais do campo da cultura e da comunicação, de diversos matizes político-ideológicos, chamando para presidi-la ninguém menos do que um ganhador dos prêmios Nobel e Lênin da Paz, o jornalista, político e jurista irlandês, Sean MacBride. (RAMOS, 2000, p. 29)

As posições antagônicas que entraram no debate sobre as Políticas Nacionais de Comunicação, assim como as políticas de conciliação da Unesco e o Relatório *MacBride* (surgido para conter estes impasses) sucumbiram à crise do socialismo soviético e às políticas de desregulamentação e privatização que tomavam conta do mundo pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher: o neoliberalismo.

O jornalismo, então, passou a seguir a mesma lógica dos veículos de comunicação em sua estrutura e nas prioridades. É dominado pelas grandes agências ocidentais de notícias, grandes reprodutoras do “olhar” e da lógica sistêmica do capitalismo. As notícias valorizadas são aquelas referentes à defesa dos valores e interesses corporativos e comerciais ao mesmo tempo em que trazem um tom pejorativo ou ignoram os que não podem ser incorporados a esta missão.

Um exemplo é que o relacionamento entre o aparato militar dos Estados Unidos e a implantação do projeto neoliberal em inúmeros países do mundo é omitido pelas grandes cadeias internacionais de jornalismo, como a CNN, da AOL-Time Warner. Cada vez mais elas fornecem as notícias relativas às políticas internacionais, sempre veiculadas como resultado de uma sociedade mundial aparentemente globalizada.

Cada vez mais crescem os movimentos políticos anti-neoliberais que colocam na pauta de suas discussões o papel da mídia “globalizada” e sua relação com a sociedade. Criar um setor de mídia independente, desmembrar as grandes empresas, recuperar o rádio e a TV não comercial e sem fins lucrativos sob o controle popular já fazem parte da realidade e têm sido uma alternativa encontrada pelos países em se contrapor ao monopólio do grande poder da informação.

Segundo Moraes (2003), os complexos midiáticos exercem um importante papel na era da globalização, além de incorporarem a enunciação discursiva. A mídia não apenas

legítima o ideário global, como também o transforma em um discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida. Ao socializar os bens simbólicos, o sistema capitalista pode usar a mídia para criar fantasias, fetiches e sonhos na sociedade. A globalização parte do pressuposto de que a fonte primeira de expressão cultural se mede pelo nível de consumo dos indivíduos. Para o autor, o eixo ideológico que perpassa a globalização e o modelo neoliberal adotado em vários países é o consumo como valor universal que se converte em necessidades, desejos e fantasias enquanto oculta, intencionalmente, as desigualdades e a exclusão.

Neste processo, a mídia tem um papel muito importante nas relações produtivas e sociais, já que é ela que vai fixar a síntese político-ideológica da ordem hegemônica. Para o autor, “não apenas organiza o discurso da vida e da produção, como torna imanente sua justificação, propondo, reiteradamente, uma linguagem de auto-validação” (MORAES, 2003 p.188). Na globalização, a mídia interconecta o planeta através das cada vez mais novas tecnologias criadas. A CNN, por exemplo, a partir de sua matriz em Atlanta, EUA, noticia 24 horas por dia para 160 milhões de lares em mais de duzentos países e 81 milhões de lares nos Estados Unidos, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados.

A articulação existente entre o modo de produção capitalista e as tecnologias de comunicação mostra-se numa verdadeira sinergia que alimenta a acumulação de capital financeiro em uma economia conectada. Os grandes grupos midiáticos internacionais lucraram nas últimas décadas como uma verdadeira empresa multinacional.

Em suma, as organizações de mídia projetam-se, a um só tempo, como agentes discursivos, com uma proposta de coesão ideológica em torno da globalização, e como agentes econômicos proeminentes nos mercados mundiais, vendendo os próprios produtos e intensificando a visibilidade de seus anunciantes. Evidenciar esse duplo papel e suas interfaces parece-me fundamental para entendermos a sua forte incidência na atualidade. (MORAES, 2003 p. 191)

Os grandes lucros obtidos por estas companhias, principalmente nos países latino-americanos, mostram a força com que a televisão se instalou no continente, as influências da cultura norte-americana e a própria formação de um “real” na mente dos telespectadores.

2 A TELEVISÃO, AMÉRICA LATINA E A COMUNICAÇÃO PARA AS MASSAS

Neste capítulo serão abordados aspectos ligados à televisão como meio de comunicação de maior importância na América Latina, sua história geral e da Venezuela em especial. Já que a análise empírica trata de uma rede de televisão criada na Venezuela, serão contextualizados a história e os trâmites políticos que desembocaram no surgimento desta rede. O capítulo também vai mostrar como o fazer jornalístico e o fazer televisivo se enquadram no modo de produção capitalista. Além disso, vai mostrar como o fazer político deixou de ser uma atividade convencional e diplomática e passou a incorporar a comunicação como verdadeiro meio de construção de uma visão de mundo.

2.1 As transformações políticas na era da comunicação de massa

No mundo contemporâneo e globalizado, as relações políticas entre os países não ocorrem prioritariamente de maneira convencional. Com os grandes fluxos de informações a tempo real e a hegemonia dos grandes conglomerados internacionais de comunicação neste processo, nota-se que os veículos tornaram-se grandes legitimadores da indústria cultural, de ideologias e de certas concepções políticas mundiais. Os veículos de comunicação passaram a promover o controle político à medida que promovem visões de mundo.

No entanto, para Gomes (2004), deve-se distinguir o controle político da comunicação do controle público ou estatal da comunicação. Segundo o autor, no primeiro caso o agente do controle representa uma força política, que pode ser de um partido político, de empresas privadas ou até mesmo de um governo. O objetivo, neste caso, é o controle da comunicação com o objetivo de transmitir ao leitor, ouvinte ou telespectador uma visão de mundo que pode servir como instrumento de obtenção de vantagens políticas. No segundo caso, o controle é legal, voltado para disciplinar a posse e os conteúdos da comunicação de massa, para assegurar a justiça e a equidade, ou reafirmar o interesse público.

As ditaduras militares e civis que aconteceram no século XX em diversos países da América Latina fizeram com que grande parte da infra-estrutura dos sistemas de comunicação nacionais fosse consolidada. Foram governos militares que mais

expressivamente que nos anos anteriores distribuíam direitos de posse de emissoras de rádios e televisões, incentivos fiscais e permissão para importação de novas tecnologias. Mesmo com o fim das ditaduras, a mídia latino-americana ainda se verga bastante sob o jugo do poder político ou econômico, “principalmente quando os dois se unificam nas autoridades locais ou regionais, como freqüentemente acontece” (GOMES, 2004, p. 176).

Como a força e a repressão deixaram de ser as principais armas de controle do governo, os empresários de comunicação não precisam, necessariamente, ser coniventes com qualquer ação ou atitude que tomam os mandatários do país. Desta forma, se são contrários ou favoráveis às políticas, transmitem ao público a visão de mundo do veículo sobre determinado acontecimento, através dos interesses comerciais da própria empresa. Segundo Gomes (2004), há outras três formas de ingerência do interesse político no Brasil e na América Latina.

A primeira delas é decorrente de uma espécie de servidão voluntária, quando o patrão ou a instância editorial de um órgão de imprensa, por exemplo, submete os interesses jornalísticos na apuração ou na edição a cálculos de vantagens políticas. A segunda forma é quando o empresário da comunicação de um jornal ou rede influente ordena e estrutura pauta, apuração e edição para controlar a esfera política, favorecendo grupos e indivíduos que quer, perseguindo os que o desejam [...] O terceiro tipo consiste no fato de um grupo ou sujeito [...] controlar direitos de emissão de rádio e/ou televisão ou possuir jornais para, através destes meios, obter vantagens na arena política. (GOMES, 2004, p. 177)

A situação torna-se mais grave nas emissões locais de comunicação. Os telejornais nacionais, por exemplo, que operam em rede, tendem a privilegiar a atuação do jornalista, enquanto os locais, geralmente, estão voltados ao privilégio de grupos políticos.

Sendo a televisão o veículo de maior influência e importância nos países subdesenvolvidos, a manutenção das redes de televisão por pequenos grupos políticos e econômicos e a sua relação com o poder, com influências e até mesmo com as decisões tomadas pelos governantes sempre fizeram parte da história latino-americana.

2.2 Histórico da televisão na América Latina

A televisão chegou aos países latino-americanos durante a década de 1950. Oficialmente, é o México que inaugurou as transmissões da TV na região, no dia 31 de

agosto de 1950, com um pronunciamento do então presidente mexicano, Miguel Alemán Valdés. No início, 3 empresários receberam concessões de canais para iniciarem as transmissões. Televisão e governo mexicano tinham uma relação muito estreita.

O Brasil inaugurou a TV na América do Sul com a TV Tupi, através do esforço do empresário Assis Chateaubriand, em 18 de setembro de 1950. Segundo Orozco (2002), a televisão argentina nasceu em 1951, no marco de expansão dos meios de comunicação durante o peronismo. Jaime Yankelevich, diretor da então LR3 Radio Belgrano, havia sido convocado por Eva Perón para adquirir o equipamento nos Estados Unidos. No caso da Venezuela, a televisão começou suas transmissões em 22 de novembro de 1952, em plena ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez.

Na Venezuela, como na Argentina, Colômbia e Peru, a televisão teve início como meio de comunicação estatal, ainda que rapidamente foram surgindo novas estações com capital privado-comercial, quase nenhuma regulamentação e grande influência e penetração das transnacionais audiovisuais norte-americanas (tradução nossa)⁸

Na Colômbia, a televisão também surgiu por iniciativa do governo. Durante a ditadura militar do general Gustavo Rojas, a TV começou na Colômbia em 13 de junho de 1954. O Chile foi um dos últimos países latino-americanos a começar a transmitir os sinais da televisão. Em agosto de 1959, começou-se a exibir de modo muito precário os canais da Universidad Católica de Valparaíso e da Pontificia Universidade Católica do Chile em Santiago.

Se no começo era um privilégio para pouquíssimos usuários, em algumas décadas já era popular, moldando hábitos, levando informação, entretenimento para regiões distantes dos centros urbanos onde tinham sua sede. A televisão abriu suas portas para as correntes políticas e também para o mercado, através de publicidade e intercâmbio entre redes. No Brasil, foram os militares que impulsionaram sua popularização. Com o controle dos meios de comunicação, a televisão seria uma forte arma no projeto nacionalista integrador ao mostrar um país gigante pela própria natureza.

Se no Brasil a implementação da televisão em 1950 se deveu-se à iniciativa privada, através do Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand (que trouxe a então nova tecnologia importada dos Estados Unidos sem mesmo saber os impactos na sociedade

⁸ En Venezuela, al igual que en Argentina, Colombia y Peru, la televisión se inicia como medio estatal, aunque rápidamente irán surgiendo nuevas estaciones con patrones de televisión privada-comercial, casi nula reglamentación y gran influencia y penetración de las transnacionales audiovisuales norteamericanas. (BISBAL, Marcelino in OROZCO, Guillermo. 2002 p. 245)

brasileira), na maioria dos outros países latino-americanos a televisão chegou por influência direta do Estado. Foi assim na Argentina, em 1951, como parte da expansão dos meios de comunicação durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), no Chile (1959), pelas universidades católicas, na Venezuela (1952), na tentativa de legitimar a ditadura do general Marcos Pérez Jiménez (1948-1958), e na Colômbia (1954), como forma de propaganda do governo do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1962).

Com exceção da Argentina e do Chile, todos os países latino-americanos apresentavam uma industrialização escassa, só exportavam produtos primários e a maioria da população vivia em áreas rurais. A televisão apareceu como sinônimo de modernidade, mesmo com a desconfiança de empresários e publicitários da época, que duvidavam do êxito da nova tecnologia e ainda não haviam se acostumado com a idéia da produção do “rádio com imagens”.

A década [de 1950] assistiu, de forma desigual em cada região, um crescimento lento do meio televisivo. Como limitadores havia o alto preço dos receptores e o pequeno alcance das emissões, geralmente restritas aos grandes centros. O surgimento do videoteipe permitiu a reprodução de programas em áreas afastadas, ao mesmo tempo em que apareceram, paulatinamente, emissoras regionais – a maioria delas impulsionada pela iniciativa privada. (SADER, 2007, p. 780)

Na década de 1960, as televisões latino-americanas começaram a superar o grande entrave do seu baixo desenvolvimento causado pela falta de recursos. Foi a década em que representantes das já desenvolvidas redes de televisão norte-americanas (como a ABC, NBC, CBS e Time-Life) percorreram os países da região oferecendo parcerias, produtos e capital estrangeiro. As parcerias firmadas alavancaram a então enxuta programação televisiva, assim como o cinema e a publicidade. Sader (2007) afirma que a urbanização latino-americana e sua conseqüente modernização se deram com grande influência da televisão e, conseqüentemente, com a absorção de padrões culturais norte-americanos. Elitizada no início, a televisão na América Latina coincidiu com o período de maior migração interna de populações do campo para a cidade, acompanhada pela fase mais dinâmica da política de substituição de importação dos governos.

Exemplos de associações e parcerias com as grandes redes norte americanas ocorreu no Brasil, com a parceria entre o grupo Time-Life (hoje em dia Time-Warner) e a Rede Globo, com investimentos de seis milhões de dólares até 1966. A Venezuela também é um exemplo de país que passou por estas parcerias televisivas. Em 1961, surgiu a Venevisión,

com o apoio da norte-americana ABC, que detinha 42,95% do capital da empresa. Segundo dados da época, 80% do capital pertencia a investidores internacionais e o restante a grupos empresariais do país, como foi o caso da Cerveja Polar e do Grupo Cisneros.

O fluxo de capitais internacionais nestas redes de televisão aumentou consideravelmente a qualidade das produções, mas desequilibrou o mercado televisivo, estabelecendo uma disputa desigual no setor. Por meio dos telejornais e dos programas de entretenimento, um padrão de vida urbana e de classe média, com hábitos e consumos inacessíveis para a maioria, difundiu-se por todas as sociedades latino-americanas. Nas décadas de 1970 e 1980, o barateamento dos aparelhos televisivos e o aumento da cobertura das redes em praticamente toda a América Latina fizeram com que a televisão se tornasse a maior referência em meio de comunicação, com enorme poder político e balizamento dos rumos da indústria cultural no continente.

Segundo Sader (2007), em todas as fases que perpassam a história da televisão na América Latina, nota-se claramente a relação existente entre as classes dominantes (e detentoras dos meios de comunicação) e o poder econômico e político que exercem sobre a população através da televisão.

2.2.1 A Televisão na Venezuela

Na Venezuela, as primeiras transmissões de televisão começaram durante a ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez, em 1952, com a “Televisora Nacional: Canal 5”. A princípio, era um veículo estritamente nas mãos do Estado. Mas, rapidamente, começaram a surgir novas estações, de caráter privado, com uma regulamentação quase nula e sob forte influência das transnacionais ligadas aos recursos audiovisuais dos Estados Unidos.

Foi em 1953 que a primeira rede de televisão privada iniciou suas transmissões em Caracas. Conhecida atualmente como “Venevisión”, a então Televisa YVLV: Canal 4 foi inaugurada graças aos convênios de ações com a rede de televisão norte-americana NBC⁹ e também com empresas venezuelanas, inclusive a Polar (a cerveja de maior popularidade no país). De acordo com Bisbal (2002), os graves problemas econômicos da época fizeram com que a rede Televisa fosse vendida e incorporada a um outro grupo empresarial de televisão.

⁹ National Broadcasting Company

Assim, em 1961, surge Venevisión: Canal 4 com o apoio da rede norte-americana American Broadcasting Company (ABC) (42,95% do capital) e da corporação de refrigerantes Pepsi-Cola Internacional. Os dados da época revelam que estas transnacionais controlavam quase 80% do capital. (tradução nossa).¹⁰

A segunda rede de televisão privada a surgir no país foi a Rádio Caracas Televisión (RCTV: Canal 7) que teve sua origem na empresa Corporación Radiofónica Venezolana (CORAVEN). Segundo Bisbal (2002), esta rede também foi criada com a ajuda do capital norte-americano. Segundo ele, 20% do capital estava nas mãos da NBC.

O fim da ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez, em 1958, e a conseqüente democratização política do país fizeram com que houvesse uma grande expansão da televisão comercial do país. Se no começo dos anos de 1960 a cobertura televisiva chegava a apenas 20% do território, em 1970 alcançava 47%, em 1978, 68%, até chegar aos índices de 98% nos dias de hoje. Assim como crescia a cobertura, aumentava o número de televisores com a melhoria da imagem e também o barateamento dos aparelhos receptores. As televisões, no início devedoras, passaram a ser o principal foco da publicidade no país.

Na Venezuela, o setor dominante da televisão é o setor privado-comercial, constituído segundo a fórmula descrita anteriormente e composto principalmente por um oligopólio (Radio Caracas Televisión, da família Phelps, e Venevisión, dos Cisneros). (tradução nossa)¹¹

Segundo Bisbal (2002), a partir da metade da década de 1970 a televisão havia se tornado o meio de comunicação de maior penetração e maior influência na sociedade venezuelana. Estima-se que em 1979, 79% das casas venezuelanas tinham televisão. O governo de Rafael Caldera (1979-1984), impôs, a partir de um decreto, que os capitais estrangeiros fossem retirados dos meios de difusão e transferidos para o capital nacional. O presidente queria que os próprios venezuelanos tivessem responsabilidade sobre os meios de

¹⁰ Así, em 1961 surge Venevisión: Canal 4 con el apoyo de la cadena norteamericana American Broadcasting Company (ABC) (42,95% del capital) y la corporación de bebidas gaseosas Pepsi-Cola Internacional. Los datos de la época revelan que estas transnacionales controlaban casi 80% del capital. (BISBAL in OROZCO, 2002, p. 247)

¹¹ En Venezuela, el sector dominante de la televisión es el sector privado comercial, constituido según la fórmula antes anotada y compuesto principalmente por un oligopolio tradicional (Radio Caracas Televisión, de la familia Phelps, y Venevisión, de los Cisneros). (CAPRILES *apud* BISBAL, in OROZCO, 2002, p. 253) Na Venezuela, o setor dominante da televisão é o setor privado-comercial, constituído segundo a fórmula descrita anteriormente e composto principalmente por um oligopólio (Radio Caracas Televisión, da família Phelps, e Venevisión, dos Cisneros). (tradução nossa)

comunicação do país. No entanto, isso não alterou a programação nem a influência dos meios de comunicação privados na vida do país.

Os estrangeiros não eram mais donos, mas o capital estrangeiro continuou a entrar no país através de novas tecnologias (como foi o caso da chegada da Tv em cores) e de programas e formatos que eram importados pelos meios de comunicação venezuelanos. A Venezuela, o que corresponde à realidade da maioria dos países latino-americanos na época, continuou com “un sector oficial muy debil em penetración e infraestructura y um sector privado comercial muy fuerte en capital, presencia y tecnologia comunicacional” (BISBAL in OROZCO, 2002, p. 256).

Um outro dado importante desde período foi a aquisição da segunda rede de televisão estatal. O governo comprou, em 1974, todas as ações da “Cadena Venezoelana de Televisión”, uma rede até então privada, com pouca abrangência na transmissão e praticamente falida. Já em 1976, o novo canal estatal passou a se chamar “Compañía Anónima Venezoelana de Televisión”.

A partir da década de 1980, uma intensa atividade financeira caracterizada pelas fusões, aquisições, monopólios converteu o sistema de comunicação mundial como um dos mais dinâmicos. Na Venezuela, esse período foi marcado por intensas mudanças na estrutura comunicacional. Os donos das redes de televisão passaram a ter influência econômica direta nos outros meios de comunicação do país e também nas grandes empresas de comunicação internacional.

Assim, Radio Caracas não conta somente com sua primogênita Radio Caracas Radio (RCR), como começa a viver um terceira etapa existencial ao não só converter-se neste momento na primeira rede nacional de notícias e a primeira a operar via satélite, como também de decidir ingressar em uma variedade de negócios ligados à comunicação (...) Venevisión: Canal 4, não fica atrás e inicia sua incursão no terreno de outras indústrias culturais: começa pelo rádio, com o Circuito Radio Visión; entra no setor discográfico Rodeen, Sonorodven y Love Records, e ainda inicia sua penetração nos negócios ligados à informática (...) e Venevisión Internacional, como produtora e no comércio internacional de programas. (tradução nossa).¹²

¹² Así, Radio Caracas no sólo cuenta ya con su primogénita Radio Caracas Radio (RCR) que empieza a vivir una tercera etapa de existencia al convertirse en ese momento en la primera red nacional de noticias y primera en operar vía satélite, sino que se decide a incursionar en variedad de negocios comunicacionales (...) Venevisión: Canal 4, no se queda atrás e inicia su incursión en el terreno de otras industrias culturales: empieza por el medio radio con el Circuito Radio Visión; entra en el sector discográfico Rodeen, Sonorodven y Love Records, además inicia su penetración en el negocio de informática (...) y Venevisión Internacional, como productora y comercializadora internacional de programas. (BISBAL in OROZCO, 2002, p. 261)

Enquanto os grandes veículos se expandiam, no final da década de 1980 e no início da década de 1990, aumentavam também as redes de televisão regionais no país, em uma experiência descentralizadora. Além disso, durante este período, a oferta do sistema de televisão a cabo chegou ao país aumentando a concorrência e a competitividade entre os veículos.

O Estado Venezuelano, desde a chega da televisão, não se interessava em contar com uma rede de televisão que promovesse a integração social (não só política, mas também cultural) necessária à construção de um projeto de país. Foi assim desde o nascimento da primeira rede, a “Televisora Nacional: Canal 5”, em 1952 e com a “Cadena Venezolana de Televisión”, em 1974 (que hoje em dia é conhecida como “Venezolana de Televisión”). Em 1998, o empobrecimento, falta de verbas e de programação, além de equipamentos com a tecnologia ultrapassada, fizeram com que o sistema televisivo oficial se resumisse apenas à VTV (Venezolana de Televisión).

O processo de mudança na estrutura comunicacional venezuelana, com a maior participação do Estado e dos movimentos sociais no espaço da televisão, se deu a partir do momento em que Hugo Chávez Frías apareceu como candidato das eleições presidenciais de 1998. A eleição do presidente, que até hoje se mantém no poder, representou a instalação no poder de grupos populares e evidenciou a descrença nos partidos que durante muitos anos oficializaram o discurso da justiça social com base nas políticas neoliberais, que não se concretizou.

A alta nos preços do petróleo, a partir do final da década de 1990, possibilitou que a Venezuela de Chávez (um dos maiores produtores de petróleo do mundo) começasse uma série de reformas com o objetivo de levar o país ao “Socialismo do Século XXI”. As intensas nacionalizações e os ataques à soberania norte-americana fizeram com que o presidente fosse constantemente atacado pelas redes de televisão privadas do país. Em contrapartida, para o governo, uma mudança nas estruturas sociais venezuelanas passava, necessariamente, pela reforma e democratização dos veículos de comunicação.

Segundo Maringoni (2004), o ápice foi no ano de 2002, quando um fracassado golpe de Estado apoiado pelos grandes veículos de comunicação tentou derrubar o presidente. A partir de então, teve início uma verdadeira guerra declarada do governo contra as redes de televisão comerciais, em especial a “Radio Caracas Televisión RCTV” e a “Venevisión”, enquanto o governo investia massivamente na reestruturação da “Venezolana de Televisión” e na criação da Telesur (2005).

No ano de 2007, uma atitude polêmica do presidente Hugo Chávez levantou questionamentos sobre a liberdade de imprensa no país. A “Radio Caracas Televisión - RCTV” não teve sua concessão renovada pelo governo. A emissora, considerada a mais popular do país, passou a operar via sistema a cabo, enquanto na TV aberta iniciou-se a transmissão de um canal comunitário, sustentado por verbas públicas, com uma programação voltada à informação e ao entretenimento.

2.3 Fazer televisão: uma atividade capitalista?

Se a mídia e, conseqüentemente, a televisão deram início em função do surgimento das práticas comerciais, a atividade jornalística (da maneira que conhecemos na sociedade ocidental) também teve suas origens ligadas ao desenvolvimento do sistema capitalista. Segundo Vizeu (2005), se no início os primeiros empreendimentos estavam ligados à manuscritos de ordem religiosa e comercial reservados aos copistas e escribas, com o passar dos anos o processo se expandiu e, na segunda metade do século XV, as técnicas de impressão se espalharam rapidamente nos principais centros comerciais europeus.

Durante os séculos XIX e XX, com a indústria jornalística no formato comercial, procurando aumentar a circulação como meio de aumentar a renda, os jornais tornaram-se empreendimentos de grande porte, concentrados e cada vez mais na busca de redução de custos e aumento das vendas e ofertas publicitárias. Uma outra característica desta fase da indústria jornalística foi a crescente internacionalização das atividades de coleta de notícia. Segundo Vizeu (2005), a estruturação de grandes agências de notícias nos principais centros comerciais da Europa fez com que elas ficassem responsáveis pelo suprimento de informação estrangeira para os clientes dos jornais. Estas agências se tornaram grandes facilitadores dos veículos, na medida que fornecem notícias prontas para os veículos a um preço muito menor que a manutenção de uma sucursal ou um correspondente.

Vizeu (2005), com bases em Sodré (1983), afirma que a tendência das empresas de comunicação no mundo globalizado passa por ampliação da estrutura através de monopólios, acordos de cooperação com outras empresas, além da precarização do trabalho e nas rotinas estabelecidas para garantir a melhor funcionalidade do produto, como a escolha de temas e de fontes com base naquilo que é mais rentável para a empresa.

2.3.1 As rotinas de produção televisivas e a lógica do capitalismo

Dentro todos os meios integrantes da industrial cultural, a televisão foi a que ocupou um lugar de maior destaque na metade do século XX. No que se refere à influência na formação da identidade social e também na influência que exerce nas mais amplas decisões políticas e econômicas de um país, Vizeu (2005) afirma que a hegemonia da televisão sobre os demais *media* traz como uma das principais conseqüências o fato de representar “a principal e maior fonte de informação sobre o mundo político e social dos países” (VIZEU, 2005, p. 41). Neste aspecto, o grau de subdesenvolvimento dos países latino-americanos e, conseqüentemente, o grande número de analfabetos fazem com que a televisão e o telejornalismo atraiam, diariamente, milhões de pessoas para acompanhar as principais notícias nacionais e internacionais na frente do aparelho de TV.

A facilidade de acompanhar o cotidiano e a “realidade” pela televisão mudou consideravelmente o sentido da comunicação e das artes no mundo. Para Vizeu (2005), o cinema desmoronou com a hegemonia da TV, assim como outras mídias (literatura, jornalismo impresso e o rádio) tornaram-se apêndices e dependentes da edição fragmentada da televisão.

Várias indústrias (de cinema, discos e publicidade) dependem da TV para uma parte de suas receitas. As dimensões da audiência televisiva a convertem na indústria rainha, além de estabelecer a notoriedade de outras atividades culturais (comentários de livros, vídeos) e de muitos produtos comerciais (ZALLO *apud* VIZEU, 2005, p. 37).

Inserida com bastante credibilidade e prestígio na sociedade e movida por interesses econômicos, a televisão e seus produtos assumem as características de uma empresa, e tornam-se instrumentos de reprodução das práticas capitalistas. Sob este aspecto, Vizeu (2005) aborda dois modelos básicos de organização do trabalho televisivo. O primeiro aborda a planificação empresarial da produção, o pagamento global de salários tanto do trabalho técnico como do criativo, assim como o predomínio da produção criativa sobre a gestão a partir dos critérios econômicos. O segundo modelo se dá através da sobreposição dos processos de criação pelos de planificação. Isto significa que há um controle da empresa

sobre todas as fases de produção, que envolve gastos, critérios políticos, e, principalmente, a aceitação da audiência e atração de campanhas publicitárias.

O produto televisivo é uma mercadoria complexa em três variantes: por seu conteúdo (diversidade de conteúdos genéricos, de conteúdos temáticos ou pelos sistemas de emissão), pelas indústrias que o compõem (cinema, edição, informação, música) e pelas relações entre programação e publicidade (VIZEU, 2005, p. 38).

É justamente a publicidade, do ponto de vista industrial, que traz o retorno financeiro à emissora, como parte da valorização da programação através da medição da audiência. E os operadores de televisão procuram complementar suas receitas publicitárias com vendas ao exterior, o que exige também uma adaptação técnica aos padrões internacionais.

No entanto, segundo Vizeu (2005), a difusão televisiva (com exceção dos sistemas de cabo e satélites) não possui um caráter internacional. Mas só a existência de um importante mercado internacional e globalizado faz com que vários programas e produtos se convertam em ofertas de vendas internacionais (pelo volume de contratação ou pelo peso na programação) o que faz com que vários programas, inclusive o telejornalismo, tenham praticamente os mesmos padrões de produção, apuração e técnica. “A forma de internacionalização dominante é a do mercado de programas que se reflete nas programações das televisões de todo o mundo, tanto no seu formato, quanto na sua composição” (VIZEU, 2005, p. 41).

A valorização da televisão comercial em âmbitos internacionais apresenta características que favorecem os movimentos de capitais em direção à própria produção, compra e venda. As conseqüências deste movimento são as descentralizações, internacionalizações, multiplicações de canais, privatizações da exploração de redes.

2.3.1.1 O fazer telejornalístico

Para que um telejornal vá ao ar, é preciso que os editores resolvam duas questões: o que publicar e qual o tratamento para a notícia publicada. Para que essa decisão possa ser tomada na velocidade que exige a comunicação contemporânea, os editores têm que se apoiar em um instrumental ético, estético e técnico dos jornalistas. É nesse jogo das decisões prioritariamente editoriais que os jornalistas podem explorar as peculiaridades e a linguagem

do veículo dentro de um padrão de rotina produtiva. Para Piccinin (2006), aos jornalistas cabe a responsabilidade de conseguir, da maneira mais simples possível, o entendimento do mundo e da realidade para seus telespectadores, “sobretudo porque o grande alcance da mídia audiovisual pode significar, a quem recebe, a única versão destes acontecimentos” (PICCININ, 2006 p. 140).

A popularização do telejornal obriga com que tudo que seja veiculado seja compreendido por um público variado e heterogêneo. Pensamentos complexos não têm espaço no veículo. Desta forma, para que um telejornal realmente aconteça, toda a organização dos profissionais nesse sistema produtivo deve estar com base em um padrão, que rege todos os jornalistas que fazem televisão.

Na televisão, todo o trabalho é feito sob o *dead line*¹³ e sobre vários outros condicionantes operacionais que fazem com que o jornalista da televisão seja um cumpridor de tarefas. Ele depende de imagens produzidas por outro profissional, uma edição que enxerga o trabalho todo fragmentado (desde às imagens brutas até a cabeça ou a nota pé) e também pautas que são fechadas no início do dia ou mesmo no dia anterior pelos editores.

Ainda de acordo com Piccinin, os jornalistas de televisão constroem o telejornal a partir de uma audiência presumida, tanto para explicar a escolha dos assuntos a serem tratados, como a ordem de apresentação e a relevância de cada um deles dentro do telejornal. Com esta espécie de fórmula, o espelho¹⁴ indica que o padrão hierárquico segue da notícia mais impactante à de menor impacto no decorrer do noticiário. Desta forma, com a preocupação com a audiência, o telejornal é ditado a partir da notícia do dia, factual, e mais importante dentro dos critérios de noticiabilidade. Os jornalistas padronizam seus comportamentos, padronizam a maneira de falar, a disposição da câmera, do estúdio, a aparência dos apresentadores. E o grau de noticiabilidade não varia muito de veículo para veículo.

Desta forma, muitos veículos usam as mesmas imagens de agências internacionais de notícias em seus noticiários. Com o objetivo de cortar despesas de correspondentes internacionais que, muitas vezes, não têm acesso a todos os acontecimentos da região, o veículo prefere usar imagens e informações prontas das agências internacionais de notícias, como a Reuters e a APTN, para suprir o telespectador com imagens que são de interesse dele.

¹³ Dead line é uma expressão em inglês que significa linha da morte, ou seja, o prazo máximo para entrega na redação das matérias que vão entrar no telejornal.

¹⁴ Espelho é a palavra utilizada para definir a relação e a ordem de entrada das matérias no telejornal, sua divisão em blocos, chamadas, encerramentos, comerciais.

Geralmente, o material de agências internacionais vem seguida de uma nota coberta¹⁵. As matérias ficam para as imagens realizadas pela própria emissora, com entrevistas e sonoras.

Um dos efeitos da busca do telejornalismo por soluções e modelos narrativos foi o surgimento de uma estrutura estandardizada e homogeneizadora da notícia na televisão. A seqüência off-passagem-sonora impôs-se praticamente como regra. Pasteurização do real, esta estrutura narrativa só alimenta os riscos – ainda mais acentuados na mídia eletrônica- de simplificação e reducionismo do acontecimento. (SALOMÃO *apud* PICCININ, 2006)

Segundo Ramonet (1999), a importância da imagem no telejornalismo está associada à busca contínua pela espetacularização da notícia, para que as imagens causem impacto, comovam e atraiam mais audiência para a emissora. Essas características vão alterar o processo editorial do telejornalismo, no que o autor chama de “discurso eufórico” do telejornal. Com a notícia espetáculo e a valorização do imediato, Na prática, segundo Ramonet (1999), este imediatismo está visível em matérias curtas e títulos impactantes que se aproximam do modelo narrativo da publicidade. O telejornal tenta apresentar rapidez para espantar o tédio.

Tendo a imagem como valor-notícia preponderante, os critérios de noticiabilidade também vão priorizar histórias e assuntos insólitos, com imagens impressionantes que deixam de informar sobre o mundo para causar surpresa no telespectador com pessoas e coisas.

2.4 Os desafios da comunicação pública e estatal

As redes públicas e estatais surgiram com o propósito de veicular informações oficiais de determinado governo ou independentes de qualquer influência política ou econômica. No entanto, não se pode desvincular a comunicação pública ou a estatal do fazer jornalístico ou da estrutura de produção de programas de entretenimento. Para não correrem o risco de perder audiência, muitas vezes elas repetem a mesma estrutura inspirada no modelo norte-americano de jornalismo, a mesma forma de fazer matérias jornalísticas e, em alguns casos,

¹⁵ Nota coberta é quando o próprio apresentador do telejornal lê as informações utilizando uma imagem como plano. Não há presença do repórter.

até mesmo o valor-notícia ou os critérios de noticiabilidade. A diferença das redes públicas e estatais de comunicação das comerciais se enquadram no tratamento e na falta de comprometimento com grandes grupos empresariais (que no caso das redes comerciais são os anunciantes).

2.4.1 Comunicação pública

As raízes do conceito de comunicação pública foram firmadas na América Latina dos anos de 1960 até 1980. Neste período, mesmo com vários países sob regimes ditatoriais, foram diversos os movimentos sociais, entidades, profissionais e intelectuais da comunicação que começaram a se organizar e formular propostas de novas políticas de comunicação. No caso específico do Brasil, a Frente Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, do início da década de 1980, tentou formular propostas à formulação da nova Constituição Federal. Os inúmeros debates acadêmicos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que dominaram o cenário latino-americano nos anos de 1950 e 1960, além da influência dos debates acerca de uma comunicação libertadora, como consequência de uma visão humanística da sociedade, fizeram com que se pensasse a comunicação pública não mais como comunicação estatal, própria do Estado.

O ideal histórico da comunicação, quase quixotesco, foi a marca do pensamento e da produção acadêmica na América latina. A comunicação pública pode ser analisada como uma renovação deste ideal, bem mais crítica, é verdade, mas buscando resgatar o sentido verdadeiramente social da comunicação, esquecido por força do fazer profissional voltado para o atendimento do mercado empresarial, político, ideológico ou personalista. (BRANDÃO, 2007, p. 21)

Estudos sobre o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos, além de várias questões próximas, como o imperialismo, dominação ideológica, alienação, tornaram-se, durante este período, um verdadeiro paradigma científico das ciências sociais e humanas. As correntes teóricas da área da comunicação estimulavam estudos referentes à atuação dos meios de comunicação de massa nas relações de dependência e de subdesenvolvimento. Buscava-se denunciá-los como verdadeiros instrumentos de dominação ideológica das classes dominantes.

De acordo com Brandão (Duarte - 2007), o principal marco da luta pela democratização dos meios de comunicação veio com a Nomic (Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação), cujos princípios já tinham sido colocados na Unesco nos debates de uma Nova ordem Econômica Internacional. Estes princípios se baseavam na oportunidade dos países subdesenvolvidos em participar do fluxo de informação internacional através de suas próprias análises e informações, sem ficarem reféns dos grandes conglomerados de comunicação internacional encabeçados pelos países desenvolvidos. Em síntese, isso significava a supressão de barreiras internas e externas à comunicação; pluralismo de informação; liberdade de imprensa; livre circulação de informação, das idéias e das pessoas; liberdade dos jornalistas, inseparável da responsabilidade e da supressão dos monopólios.

O conceito de comunicação pública é utilizado com amplos significados, em áreas que abarcam uma enorme variedade de saberes e atividades, e depende do país, do autor e do contexto em que é aplicada. No entanto, segundo Duarte (2007), a utilização do termo comunicação pública como um processo de informação voltado para a esfera pública é muito comum tanto na América Latina como nos Estados Unidos.

Entre as mais variadas concepções de comunicação pública existentes, percebe-se que quando identificadas com o conhecimento da área técnica da comunicação organizacional, seu objetivo está no “mercado, visando atingir os diversos públicos das corporações com o intuito de vender – seja uma imagem, seja um produto, seja uma idéia, seja uma fé – e obter lucro financeiro, pessoal em status ou poder” (DUARTE, 2007, p. 3). Por um outro lado, quando identificadas com a divulgação científica, a produção e divulgação do conhecimento acadêmico, ultrapassam os limites da ciência pura e buscam estratégias para a aproximação da ciência de núcleos mais necessitados buscando a melhoria das condições de vida.

E quando se estende a comunicação pública ao compromisso e responsabilidade do Estado ou do governo de estabelecer uma comunicação direta com os seus cidadãos, Duarte (2007) afirma que a comunicação pública está voltada ao exercício da cidadania, através dos órgãos governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias e outras instâncias de poder do Estado. Desta forma, a comunicação pública está voltada ao compromisso do Estado de prestação de contas e serviços, incentivo ao engajamento da população nas políticas e ações realizadas pelo Estado (como por exemplo, as campanhas de saúde e trânsito, eleições, referendos) e também ao debate político.

Se por um lado a necessidade do Estado de alcançar o maior número de cidadãos fez com que a comunicação fosse realizada através de espaços na grande mídia (televisão, rádio, impresso e internet), hoje em dia, nota-se cada vez mais a necessidade de utilizar outros instrumentos de comunicação comunitária e corporativa. Segundo Duarte (2007), o envolvimento cada vez maior da população nas ações do Estado e o avanço dos sistemas tecnológicos fizeram com que surgissem novas formas de comunicação pública, como as audiências, as ouvidorias e os conselhos de participação popular.

Com a sociedade contemporânea cada vez mais mediada pelas relações entre a mídia e o poder (ou a política), identifica-se também a comunicação pública relacionada com a comunicação política. Refere-se aos “instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de idéias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos” (BRANDÃO - Duarte, 2007, p. 6). Trata-se, também, do papel do Estado de gerir questões sobre as políticas públicas de comunicação, além de oferecer subsídios para que a sociedade interfira e que possa determinar conteúdos e acessos aos veículos de comunicação em prol de seu benefício. Este é um dos principais pontos que geram polêmicas entre os detentores dos grandes meios de comunicação em contraponto à necessidade dos movimentos sociais e da sociedade civil em apresentarem suas propostas de maior visibilidade dentro da programação destes meios.

Segundo Brandão (in: Duarte, 2007), os movimentos sociais esperam a pluralidade dos meios de comunicação, para que apresentem múltiplos olhares sobre determinados fatos e ofereça à sociedade diferentes visões sobre um mesmo acontecimento. Este ponto, que entende a comunicação pública identificada com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, mostra que as responsabilidades em oferecer uma comunicação devidamente pública, ou seja, de todos, não é só dever do governo, mas de toda a sociedade.

Entre as reivindicações mais recentes e polêmicas propostas por movimentos sociais, encontra-se o direito ao acesso e ao uso de tecnologias de comunicação para a criação de novos meios (e não, apenas, o acesso aos meios já existentes). Significa que as comunidades organizadas querem se apropriar dessas tecnologias para estabelecer sua própria maneira de informar, de estabelecer uma comunicação que leve em conta as prioridades, a estética e a linguagem dessas populações. (BRANDÃO, in: Duarte, 2007. p. 7)

Essa perspectiva de uma comunicação libertadora, identificada com as demandas dos movimentos sociais e da população, continua sendo uma área de estudo com muita influência

nos países da América Latina. A relação desta demanda com o cenário político e econômico da região faz com que a comunicação seja cada vez mais associada como um bem público.

De acordo com Duarte (2007), a comunicação pública deve ter como principal foco o cidadão e não a comunicação voltada aos interesses particulares, privados, de mercado, pessoais, corporativos, institucionais, comerciais, promocionais ou de um público. A expressão deve estar centrada no esforço cada vez maior de promover a equidade social, no respeito às diversidades no compromisso com o interesse público e não do público.

Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e co-responsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas. (DUARTE, 2007, p. 61)

2.4.2- Comunicação estatal

O conceito de comunicação estatal está vinculado à titularidade e ao controle total do Estado sobre os veículos controlados por ele. Segundo Duarte (2007), o núcleo da definição acerca das notícias veiculadas, assim como os programas de entretenimento, corresponde às idéias de competência estatal quanto à organização e prestação do serviço de televisão por radiodifusão.

Desta forma, a televisão estatal está necessariamente voltada às políticas do governo que a mantém, o que não significa, necessariamente, um afastamento total do dever do Estado de levar aos cidadãos uma programação diversificada, com o dever de igualdade de oportunidades quanto ao acesso à programação repleta das mais diversas correntes de opinião. Geralmente, é transmitida uma programação jornalística voltada às realizações e feitos do governo mantenedor, mostrando uma visão única e oficial. Muitas pautas que não são transmitidos pelos canais privados, mas que são relevantes para o governo, têm espaço nas redes de televisão estatal.

Quando determinado governo também se sente atacado pela mídia comercial, é na rede de televisão estatal que ele pode mostrar o outro lado da moeda e responder a todas as acusações da maneira que deseja. Segundo Maringoni (2004), após o fracassado golpe que

pretendia derrubar o presidente venezuelano Hugo Chávez, em 2002, o governo venezuelano investiu massivamente na criação de produções cinematográficas e em novas redes de televisão estatais e comunitárias que defendessem suas idéias. Na época, as grandes redes privadas mais populares do país, como a RCTV e a Venevisión, que defendiam abertamente a saída do líder venezuelano, tinham como resposta do governo o sinal de apenas uma rede estatal: A VTV, Venezuelana de Televisión.

De acordo com Cifuentes (Rincón - 2002), uma das missões que mais têm distinguido a televisão do Estado na América Latina é a de construir redes que possuam abrangência nacional.

Experiências como a ATC na Argentina, a Televisão Nacional do Chile, a Señal Colombia, a Televisão Nacional do Peru, a Televisão da República Mexicana (TRM) integrada depois à IMEVIACIÓN, entre outros exemplos, foram as chaves para levar o sinal televisivo a quase 100% da população. A questão da cobertura parece ser a vocação mais universal desse tipo de redes estatais. (CIFUENTES in RINCÓN, 2002. p. 137)

Em menor medida, além da divulgação das atividades do governo, os Estados assumiram a tarefa de buscar formas de expressar a diversidade cultural dos países. Para Cifuentes, diante do abandono, por parte da televisão privada, dos canais regionais independentes e a sua integração em redes de abrangência nacional, surgiu a oportunidade de atender essa necessidade, através das emissoras públicas e estatais.

No México e no Brasil, que são estados federais, foram criadas muitas estações de caráter regional que responderam ao desafio. Na sua grande maioria, foram dependentes dos governos estatais e enfrentaram a dificuldade da proibição de acesso ao financiamento publicitário. Embora alguns acreditem que isso é um mérito, porque qualquer outra forma desvirtuaria a sua missão, na realidade é um freio ao seu desenvolvimento, porque muitas vezes as verbas do orçamento mal cobrem a folha de pagamento e as despesas fixas. (CIFUENTES - RINCÓN, 2002, p. 137)

Em relação à inovação, pode-se afirmar que os canais estatais originais (uma vez que em muitos países latino-americanos a televisão teve início em transmissões estatais ou com o apoio irrestrito dos governos) tiveram que colocar em funcionamento uma tecnologia que não dispunha de capacidades técnicas ou artísticas nacionais. No âmbito artístico, muitos personagens conhecidos do Rádio foram para a televisão. No entanto, com tecnologias e um suporte importado (no caso latino-americano pelos Estados Unidos), as pessoas capacitadas para assumir tal função foram quem assumiram as indústrias da televisão.

Para Cifuentes, com o fim do monopólio estatal da televisão na América Latina (que variou de país a país), as empresas de televisão pública e estatal destacaram-se por abordar temas desprezados pela televisão privada: a televisão educativa (aulas à distância) e os documentários. No entanto, muitos analistas dos canais estatais latino-americanos insistem na opinião de que eles seguem o padrão das redes de televisão comerciais para conseguir aumentar a audiência e obter o tão almejado apoio publicitário.

A reivindicação generalizada de todas as emissoras de televisão do Estado é a falta de recursos. É verdade que os Estados da América Latina não têm uma política de fomento à produção de programas dos gêneros normalmente denominados de “culturais”. Quando o Estado intervém economicamente, é para salvar uma empresa do seu déficit. Isto é, a prioridade dos Estados tem sido defender as deficiências que existem, mas não promover as potencialidades mal aproveitadas. (CIFUENTES - Rincón, 2002, p. 139)

Desta forma, ainda são devedoras as razões e as justificativas para a existência de uma rede de televisão pública ou estatal. A capacidade de experimentar, inovar e criar programas nos quais há riscos de não atrair uma audiência maciça ainda não correspondem à realidade. Muitas vezes, estas redes se adequam ao modelo produtivo das redes de televisão privadas para ganhar audiência e atrair mais investimentos.

3. TELESUR E AMÉRICA LATINA: ONDE ESTÁ O NORTE PARA ESTE SUL?

Com o objetivo de verificar a visão de América Latina construída pelas lentes da “Telesur”, emissora multi-estatal que tem por objetivo se contrapor ao domínio dos grandes meios de comunicação de massa internacional, este capítulo analisa sete edições do telejornal *Telesur Noticias* e sete edições do programa *Sintesis Latinoamericana* à luz dos pressupostos e referenciais teóricos abordados nos dois primeiros capítulos. Para isso, foram coletadas as 146 notícias das sete edições do *Telesur Noticias* (entre notas secas, cobertas, matérias e reportagens), das quais 81 tratam de assuntos ligados à América Latina e as 68 matérias do *Sintesis Latinoamericana*.

Dos variados temas abordados nas matérias sobre América Latina nestes dois programas, a ênfase maior foram nas que se referiam à política. Isso porque um dos objetivos do trabalho é analisar o tratamento dado pela emissora, mesmo com as diretrizes independentes de qualquer influência política, às notícias que se referem aos países mantenedores da rede (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua), assim como espaço dado a cada um deles nos noticiários. A ênfase em matérias política se sustenta no enquadramento que a emissora dá aos diferentes governos latino-americanos e, desta forma, a expectativa da emissora nos rumos que levam estes países e da visão de América Latina transmitida aos telespectadores.

Antes da análise empírica, o capítulo também vai tratar das definições metodológicas e também sobre o surgimento da própria Telesur (linhas editoriais, estrutura e rotinas de produção do jornalismo).

3.1 Definições metodológicas

Para analisar a imagem da América Latina criada pelo “fazer jornalístico” da Telesur, foram analisadas as matérias, reportagens, notas cobertas e notas secas de dois programas jornalísticos da grade de programação: *Telesur Noticias* e *Síntesis Latinoamericana*. Ambos produzidos em Caracas, Venezuela, em espanhol. O primeiro, segundo o diretor de

programação da emissora Javier Mendonza¹⁶, é considerado o principal telejornal da emissora. Vai ao ar todos os dias, na versão matutina, das 7h às 8h, na versão vespertina, das 12h às 13h e, finalmente, na sua versão mais nobre (conhecida como “emisión estelar”), das 20h às 21h.¹⁷

O horário escolhido para a análise do *Telesur Noticias* foi a edição das 20h às 21h. Isso porque trata-se da última edição diária deste telejornal e apresenta as principais notícias veiculadas durante o dia pela emissora. Possui 40 minutos de conteúdo jornalístico factual divididos em 4 blocos, além de 20 minutos de intervalo comercial.

Uma vez que o que se pretende nesta análise é averiguar que imagem de América Latina é construída pelas ondas da Telesur, considerou-se que fazia-se necessário trabalhar com um recorte temporal estendido, mínimo de seis meses. Mas, diante da impossibilidade de se trabalhar o que poderia chegar a 240 horas de material gravado, optou-se então por estabelecer outro recorte dentro do período de seis meses. Assim, adotou-se a metodologia da semana composta. Ou seja, dentro do lapso temporal de julho de 2007 até janeiro de 2008, analisou-se 7 programas *Telesur Noticias* e 7 programas *Sintesis Latinoamericana*.

O objetivo de se trabalhar com uma semana composta foi ter a possibilidade de captar os temas mais diversos, em um longo espaço de tempo. Pretendia-se, sobretudo, evitar a análise de uma semana com algum tema com alta repercussão ou alta relevância, o que poderia provocar distorções sobre a forma como na realidade a emissora trata o jornalismo. A distância de um mês entre um programa e outro faz com que os assuntos abordados sejam os mais variados possíveis, sem repetição excessiva de um mesmo assunto ou uma mesma abordagem.

Para o *Telesur Noticias*, estabeleceu-se a construção de uma semana de sete dias da seguinte forma: primeira segunda-feira de julho de 2007 (02/07/2007), a primeira terça-feira de agosto de 2007 (07/08/2007), a primeira quarta-feira de setembro de 2007 (05/09/2007), a primeira quinta-feira de outubro de 2007 (04/10/2007), a primeira sexta-feira de novembro de 2007 (02/11/2007), o primeiro domingo de dezembro de 2007 (02/12/2007) e o primeiro domingo de janeiro de 2008 (06/01/2008). É preciso ressaltar que, no mês de dezembro, a Telesur não possuía em seus arquivos a edição noturna de sábado (01/12/2007). Por isso, foi coletada a edição matutina do telejornal *Telesur Noticias* de domingo (02/12/2007), das 8h às

¹⁶ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

¹⁷ Horário venezuelano, com alterações para mais ou para menos nos outros países que retransmitem a programação

9h, que contava com as principais notícias do dia anterior, além da cobertura ao vivo da votação do Referendo Constitucional Venezuelano proposto por Hugo Chávez (uma das eleições mais importantes de seu governo, que acabou lhe custando uma grande derrota nas urnas).

A análise de cada notícia do *Telesur Noticias* veiculada nestas sete edições (sobre países latino-americanos ou não) foi realizada através de um formulário de codificação (Anexo A) que considerou os seguintes tópicos: “Título da notícia”, “país envolvido na notícia”, “tema” (política, economia, cultura, esporte, meio-ambiente, movimentos sociais e outros), gênero (matéria, nota coberta, nota seca ou reportagem especial), “imagens de agências internacionais” (se a emissora utilizou deste material fornecido pelas grandes agências internacionais de comunicação, como a Reuters ou a APTN), “imagens de outras redes de televisão” (se houve fornecimento de material de outros canais locais), “utiliza gráfico ou outros efeitos multimídia?” (como vinhetas para as matérias, artes explicativas, gráficos etc), “número de fontes ouvidas” (e ainda a especificação se são fontes oficiais, povo fala, especialistas ou mesmo os movimentos sociais e ONGs) e o “enquadramento” (se favorece a fonte oficial, outras fontes ou se a posição da emissora é neutra).

O segundo programa analisado foi o *Sintesis Latinoamericana*, que vai ao ar todos os domingos, das 4h30 às 5h da manhã¹⁸. É um programa com meia hora de duração, sendo que 25 minutos são dedicados ao conteúdo jornalístico e 5 minutos dedicados aos intervalos comerciais. Trata-se de uma síntese das principais notícias da semana veiculadas pelas três edições diárias do *Telesur Noticias*. Foram analisadas 7 edições deste programa, também em uma semana composta no mesmo período do *Telesur Noticias*. Desta forma, foram coletadas, de julho de 2007 a janeiro de 2008, as edições dominicais dos dias 06/07/2007, 03/08/2007, 07/09/2007, 05/10/2007, 09/11/2007, 07/12/2007 e 04/01/2008.

É necessário explicar por que agregou-se o *Sintesis Latinoamericana* a esta análise. É que avaliou-se que, uma vez que analisaríamos apenas um dia por mês do *Telesur Noticias*, agregando o *Sintesis Latinoamericana* teríamos assim um perfil mais adequado do que foi notícia durante toda essa semana. Além disso, mesmo sendo transmitido em um horário de baixa audiência, trata-se de uma síntese das notícias latino-americanas da semana, o que nos permite apreender o que, aos olhos da emissora, são consideradas notícias relevantes. Assim como no caso do *Telesur Noticias*, a análise do *Sintesis Latinoamericana* também foi feita com base no formulário evidenciado no Anexo A.

¹⁸ Horário venezuelano, com alterações para mais ou para menos nos outros países transmitidos.

Além das análises quantitativas dos programas, foi realizado um trabalho de campo na sede da Telesur em Caracas, de 12/01/2008 a 18/01/2008, para coleta dos materiais de vídeo, visita às instalações e entrevistas com os profissionais e diretores da emissora. Foram feitas entrevistas com Armando Jiménez, diretor de informação e com Javier Mendonza, diretor de programação. Os trechos mais importantes dessas entrevistas serão recuperados ao longo deste capítulo, especialmente durante a análise qualitativa. A íntegra das entrevistas pode ser conferida nos Anexos B e C.

3.2 A Telesur – La nueva televisión del sur

No dia 24 de julho de 2005, foram realizadas em Caracas, na Venezuela, as primeiras transmissões da Telesur (*La nueva televisión del sur*). Sob o slogan “nuestro norte es el sur” a emissora multiestatal criada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez nasceu com a promessa de ser uma estratégia para integrar os povos latino-americanos e oferecer uma comunicação alternativa, longe dos grandes monopólios e conglomerados de comunicação internacional.

Após o golpe de estado sofrido em 2002 com o apoio da grande mídia venezuelana, o presidente Hugo Chávez passou a investir massivamente na criação de novos meios de comunicação estatal, assim como no aperfeiçoamento técnico das emissoras já existentes (como é o caso da VTV, a *Venezuelana de Televisión*). O caso de maior repercussão ocorreu em 2007, quando o governo venezuelano decidiu não renovar a concessão de uma das redes de televisão privadas mais populares do país, a Rádio Caracas de Televisión (RCTV). O governo afirmava que a emissora opositora era golpista, que mentia nas veiculações da matérias jornalísticas e que não contribuía para o êxito da Revolução Bolivariana¹⁹.

Como um dos princípios da Revolução Bolivariana é a integração econômica, política e social da América Latina, a criação de uma emissora de conteúdo basicamente informativo com sinal em toda a América Latina impulsionou governos de esquerda alinhados com a política do presidente venezuelano. O sinal da emissora está disponível em todo o continente.

¹⁹ A Revolução Bolivariana foi um conceito criado por Hugo Chávez para sintetizar as reformas feitas durante seu governo (desde 1999). Nacionalizações, conselhos comunais, reformas na educação e reforma agrária fazem parte da condução do país em um modelo socialista inspirado no libertador de grande parte da América espanhola colonial Simon Bolívar (1783 – 1830)

No entanto, não são todos os países que compartilham da grade completa da programação. O sinal aberto está somente na Venezuela, mas disponível por sistema a cabo nos outros países. Para Sader (2007), foi possivelmente a mais ousada contra-ofensiva popular aos monopólios comunicacionais do continente. Se no início contava com o financiamento dos governos da Venezuela, Argentina, Cuba e Uruguai, em 2007 representou a consolidação de uma multiestatal bem mais ampla, com participação de Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua.

Segundo Padilla (2007), a Telesur chegou como uma necessidade latino-americana de contar com um meio de comunicação que difundisse os valores, discutisse as idéias e os caminhos do povo latino-americano. De acordo com Rey (Rincón - 2002), a qualidade e a infra-estrutura dos grandes veículos de comunicação internacional promove uma competição desigual com as redes locais de transmissão.

Em primeiro lugar, a televisão global faz parte do cardápio de uma grande quantidade de lares latino-americanos. Isso permitiu confrontar a produção local com o melhor da produção internacional, acessar outros estilos e gêneros, valorizar os próprios. A informação é uma das áreas que maior influência recebem dessa transformação. Atualmente é impossível que a informação produzida no interior dos países não seja confrontada com a informação elaborada e distribuída internacionalmente no mesmo momento. As grandes redes, como a CNN, CBS, Univisión, Telemundo, ECO, TVE, DW, etc., contam com sistemas de notícias de 24 horas, com transmissões ao vivo, informações de última hora e debates com opiniões abertas a todos os países do continente, que tornam impossíveis os isolamentos, as grandes distorções ou as versões oficiais dos acontecimentos. (REY - Rincón, 2002. p. 111)

A Telesur está localizada no mesmo edifício que abriga as instalações da VTV, a Venezoelana de Televisión, rede estatal do país. A sede da emissora conta com dois estúdios de televisão (um para os telejornais que entram ao ar de hora em hora e outro para os noticiários esportivos), cerca de 10 ilhas de edição de imagens, uma redação em português (que funciona desde dezembro de 2007 e faz parte de um projeto de fornecer às redes comunitárias do Brasil uma parte da programação em português) e uma em espanhol (onde se concentram jornalistas de vários países latino-americanos, principalmente provenientes dos países mantenedores da rede de televisão). Além disso, a emissora possui uma redação onde trabalham jornalistas responsáveis pela manutenção do site²⁰, que também funciona como um portal de notícias, além das diretorias responsáveis pelo contato com o exterior, com a programação, etc.²¹

²⁰ O site da Telesur pode ser conferido pelo endereço www.telesurtv.net

²¹ Conforme constatado em visita à emissora, de 12/01/2008 a 18/01/2008

Segundo o Diretor de Informação da Telesur, Armando Jiménez,²² cerca de 160 profissionais trabalham na Telesur em diversos países. Isso inclui as sucursais (12 no total) em diversas capitais do continente americano: Washington (Estados Unidos), Havana (Cuba), Cidade do México (México), Manágua (Nicarágua), Porto Príncipe (Haiti), Caracas (Venezuela), Bogotá (Colômbia), La Paz (Bolívia), Quito (Equador), Lima (Peru), Buenos Aires (Argentina) e Brasília (Brasil). O Diretor de Informação explica que recorre a profissionais temporariamente contratados em outros países. “Temos também, nos países onde não temos sucursais, colaboradores que freqüentemente fazem matérias para a Telesur, como free-lancers”.

A Venezuela é, até hoje, o único país que oferece as transmissões da Telesur em sinal aberto. Em todos os outros países ela é transmitida pelo sistema a cabo ou parcialmente retransmitida por outras emissoras, que escolhem trechos da programação. De acordo com o Diretor de Programação da Telesur, Javier Mendonza²³, o grande desafio é enquadrar a Telesur nas legislações locais para que o sinal se torne aberto nos diferentes países. “A legislação venezuelana, por exemplo, estipula que o Hino Nacional da República Bolivariana de Venezuela seja tocado às seis da manhã e à meia noite. Cumprimos isso na Venezuela, já que a rede de televisão é aberta, mas não cumprimos na rede internacional. Além disso, os pronunciamentos que o governo estipula em cadeia nacional de rádio e televisão são transmitidos pela Telesur Venezuela e não são pela Telesur internacional. Cada país tem suas regras e ainda é muito difícil adequar o sinal aberto em todos eles.”

A programação da emissora conta, além dos telejornais, documentários e programas ligados à cultura e aos movimentos sociais: “Mesa Redonda Internacional” (programa produzido em Cuba sobre política internacional e latino-americana), “Visión 7 Internacional” (programa semanal produzido pelo Canal 7 da Argentina, sobre política internacional), “Memórias del fuego” (Série de programas-documentários sobre a história recente da América Latina), “Maestra Vida” (programas-documentários sobre personagens da história latino-americana), “América Tierra Nuestra” (programa sobre povos e culturas da América Latina), “Cine Sur” (cinema latino-americano), entre outros²⁴.

²² Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

²³ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

²⁴ A programação completa da emissora pode ser conferida pelo site <http://www.telesurtv.net/noticias/programacion/index.php>

Grande parte destes outros programas não é produzida pela emissora. Segundo o Diretor de Programação da Telesur, Javier Mendoza, geralmente, a emissora compra de redes independentes ou estabelece intercâmbio de programas com as redes de outros países.

A Telesur é um canal que se constrói com base em uma grande quantidade de convênios. Temos uma relação muito próxima com “Rebelión” e com “Le Monde Diplomatique”. Na Venezuela, a grande parceira é a “Venezuelana de Televisión”²⁵, além de muitas redes de televisões comunitárias. Temos os contatos com o Canal 7, na Argentina, e da “Universidad Nacional Autónoma de México”. O caso mais forte de intercâmbio da Telesur é com a rede de televisão nacional de Cuba. Trocamos programas sem custo algum e temos um intercâmbio que já ultrapassaram as 1000 horas.²⁶

Com conteúdo basicamente jornalístico, a Telesur funciona como um canal de jornalismo 24 horas, como a CNN. De acordo com o Diretor de Programação da emissora, a programação da Telesur segue uma grade que se estrutura principalmente através dos telejornais.

Sendo a Telesur um canal principalmente informativo, construímos a programação basicamente nos horários fixos que queremos transmitir a informação e, com base neles, fazemos girar o resto do conteúdo da emissora, como os documentários, programas culturais, de cinema, etc.²⁷

As inserções de conteúdo jornalístico vão ao ar de hora em hora. Segundo o Diretor de Programação, Javier Mendoza, o tempo das inserções jornalísticas depende da hora.

Pode ser um “avance de notícias”, de 3 minutos de duração, uma “ronda informativa” de 30 minutos ou um telejornal de 1 hora. Este último, o *Telesur Noticias* é o informativo mais importante da emissora, que vai ao ar três vezes ao dia: às oito da manhã, ao meio dia e às oito da noite.²⁸

Segundo o Diretor de Informação, Armando Jimenez, as notícias veiculadas pela emissora são definidas pelo grau de noticiabilidade e pelas reuniões de pauta com os profissionais. “Temos diariamente três reuniões de pauta. Às oito da manhã, às três da tarde e às nove da noite. A reunião da noite vai decidir os principais assuntos que vão ser notícias no próximo dia e as reuniões da manhã e tarde vão decidir pelas notícias da tarde e da noite, respectivamente”.

Os principais temas abordados nos noticiários são: América Latina, Oriente Médio, África, Europa e Estados Unidos. Boa parte das imagens das notícias do Oriente Médio,

²⁵ VTV- Venezuelana de Televisión é a rede oficial do governo.

²⁶ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

²⁷ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

²⁸ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

África. Europa e Estados Unidos são provenientes de agências de notícias. A Reuters e a APTN são as maiores parceiras. Para as matérias que tratam de América Latina, a maior parte é feita através de imagens captadas pela própria emissora ou por redes de televisões estatais dos países retratados.

O cargo do presidente da Telesur é o mesmo ocupado pelo Ministro(a) das Comunicações da República Bolivariana da Venezuela. A emissora se qualifica como seguidora do Projeto Bolivariano (o mesmo sustentado pelo presidente Hugo Chávez). No entanto, mesmo sendo uma rede denominada multi-estatal, as diretrizes da emissora, baseadas nos pilares da informação, formação e entretenimento, conforme afirma o site da emissora, são firmadas com independência dos governos.

A linha editorial da Telesur independe da política de comunicação de cada país em que o canal chega. Kaham²⁹ garante que não há interferência dos representantes dos governos sobre esta política editorial, que não há informações governistas e que o relacionamento fica restrito à junta acionária. “A Telesur representa todos, é de todos e não de alguém, ou algum governo em particular. Esta é a diversidade”. A transmissão se dá via satélite, mas adquirem formas variadas de acordo com a realidade de cada país, podendo ser tv a cabo ou aberta, local ou nacional, através de um canal universitário ou comunitário, ou mesmo pela Internet. “Buscamos a estratégia adequada a cada realidade. Na Argentina há cinco milhões de assinantes de tv a cabo. No Brasil há 650 mil a mais, no entanto, há 12 milhões de pessoas com antenas parabólicas, mirando os satélites domésticos” (FIALHO, Gabriel, 2006. p. 100)

Segundo o Diretor de Programação, Javier Mendoza, mesmo sendo detentor de 50% das ações da emissora, o governo da Venezuela não interfere diretamente naquilo que vai ou que não vai ser notícia na Telesur. Além disso, isso não significa que a Venezuela receba um espaço maior na programação que os outros países latino-americanos.

A presença da Venezuela na grade de programação da Telesur é, sobretudo, noticiosa. Por um outro lado, o fato da sede da Telesur estar localizada em Caracas implica que muitas decisões sobre programação sejam tomadas aqui. Não significa que haja um domínio venezuelano sobre a linha editorial. Procuramos fazer um equilíbrio para mostrar a realidade dos países latino-americanos.³⁰

A missão da emissora, exposta em sua página na Internet, também ressalta que a programação é feita com independência.

La nueva televisión del Sur nace de una evidente necesidad latinoamericana: contar con un medio que permita, a todos los habitantes de esta vasta región, difundir sus propios

²⁹ Aram Kaham foi o vice presidente da Telesur (2005-2007)

³⁰ Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

valores, divulgar su propia imagen, debatir sus propias ideas y transmitir sus propios contenidos, libre y equitativamente. Frente al discurso único sostenido por las grandes corporaciones, que deliberadamente niegan, coartan o ignoran el derecho a la información, se hace imprescindible una alternativa capaz de representar los principios fundamentales de un auténtico medio de comunicación: veracidad, justicia, respeto y solidaridad.³¹

Os espaços promocionais (ou intervalos comerciais da Telesur) são pagos ou trocados. Geralmente, quem financia os espaços são governos dos países membros ou as grandes empresas estatais, como a petroleira venezuelana PDVSA. De acordo com o Diretor de programação da emissora, o apoio de patrocinadores não interfere na linha editorial.

Veiculamos muitos comerciais da Unesco, fazemos propaganda incentivando o turismo em Cuba ou do governo da Argentina. O apoio de patrocinadores e os nossos mantenedores não interferem a política editorial da emissora. Já transmitimos, por exemplo, um discurso completo de Uribe criticando o presidente Chávez sobre sua suposta relação com as FARC³²

3.3 – A cobertura da Telesur em números: a análise quantitativa

A análise das sete edições do telejornal *Telesur Noticias* e da *Síntesis Latinoamericana* se focaram, principalmente, nas matérias, reportagens, notas secas e notas cobertas sobre os países latino-americanos. Isso porque nos quatro blocos que compõem o *Telesur Noticias* (com cerca de dez minutos cada um), os dois primeiros são dedicados aos assuntos factuais do continente latino-americano, o terceiro para assuntos factuais do resto do mundo (geralmente com notas cobertas rápidas, lidas pela apresentadora) e o quarto com notícias sobre esportes (o que inclui placar de jogos e matérias de temas diversos) e cultura.

No total, foram analisadas 146 inserções (entre notas secas, notas cobertas, matérias e reportagens) do telejornal *Telesur Noticias*. Todas as notícias, inclusive aquelas que não tratam de América Latina, foram quantificadas em relação ao formulário de codificação (ver

³¹ A nova televisão do sul nasce de uma evidente necessidade latino-americana: contar com um meio que permita, a todos os habitantes desta vasta região, difundir os próprios valores, divulgar sua própria imagem, debater suas próprias idéias e transmitir seus próprios conteúdos, livres e de maneira equilibrada. Frente ao discurso único sustentado pelas grandes corporações, que deliberadamente negam ou ignoram o direito à informação, fica imprescindível uma alternativa capaz de representar os princípios fundamentais de um autêntico meio de comunicação: veracidade, justiça, respeito e solidariedade. (tradução nossa) Disponível em www.telesurtv.net . Acessado em 05/05/2008

³² Entrevista realizada na sede da Telesur em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

Anexo A), mas o foco principal da análise do *Telesur Noticias* foram as 81 inserções que tratam do continente latino-americano.

Além disso, a análise do programa *Sintesis Latinoamericana*, que trata dos principais assuntos que aconteceram durante a semana pelos olhos da emissora, vai contribuir, principalmente, em relação ao enquadramento dado para os países mantenedores e não mantenedores da rede televisiva. Essa análise quantitativa servirá como base para a análise qualitativa, à medida que a análise das 81 matérias deste programas mostra o espaço (em porcentagem) ocupado pelos países latino-americanos.

3.3.1 – O *Telesur Noticias*, a América Latina e o mundo

Como dito anteriormente, foram analisadas 146 inserções das sete edições do *Telesur Noticias*. Identificou-se que destas, 81 foram destinadas à cobertura de assuntos do continente latino-americano. As outras 65 inserções são das mais variadas regiões do globo, principalmente assuntos factuais ligados à política do Oriente Médio, Europa, Ásia, Estados Unidos e África. Com exceção de uma matéria feita pela sucursal da emissora em Washington, todas as outras 64 foram realizadas com base em materiais de agências de notícias internacionais (APTN e Reuters).

As notícias internacionais são dadas como notas cobertas, lidas pela apresentadora e com imagens das agências ao fundo, com a duração média de 30 segundos. Em alguns casos, as imagens também são acompanhadas de sonoras sobre o tema, seja de um especialista, de um político ou de um cidadão comum destes países, todas gravadas pelas agências internacionais e adquiridas pela emissora. Com este recurso, a notícia dura, em média, 1 minuto. Em raros casos, a emissora aproveita as imagens compradas para abordar um tema maior, com mais sonoras e a locução de um repórter da emissora.

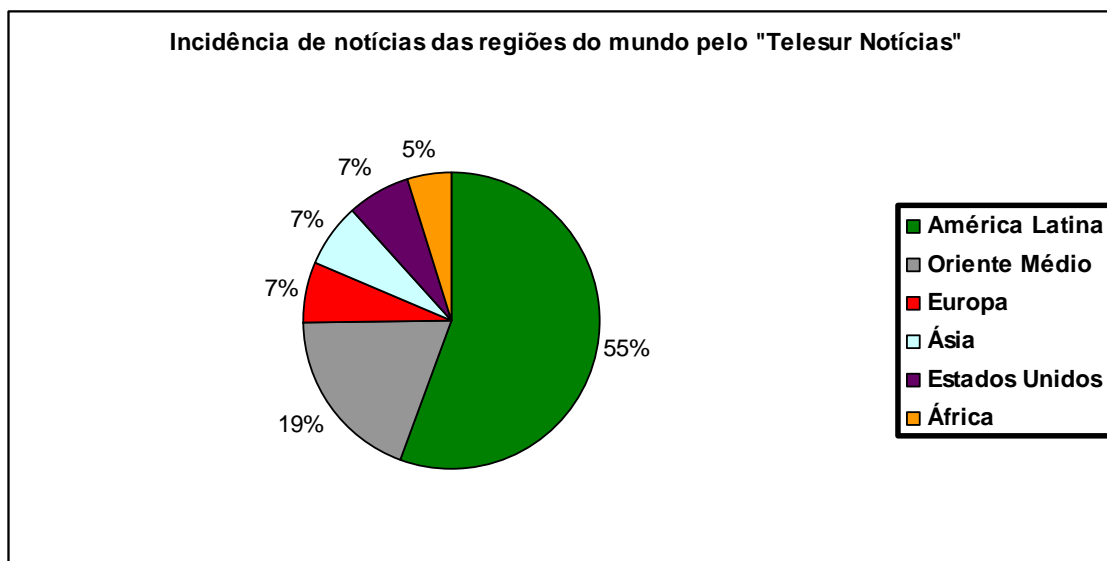


GRÁFICO 1 – Divisão das 146 notícias do *Telesur Notícias* por região

A região do globo com menor incidência de notícias pelo *Telesur Notícias* foi a África (5%). Europa, Ásia e Estados Unidos receberam o mesmo valor (7%), enquanto o Oriente Médio recebe (19%). A região que mais é destaque no telejornal é a América Latina (55%), com 81 das 146 inserções sobre ela.

Das 81 inserções do *Telesur Notícias* que tratam de América Latina, a maioria aborda política interna ou externa dos países latino-americanos. Na mostra selecionada sobre notas secas, notas cobertas e matérias que tratam de política latino-americana, 17 países tiveram inserções no telejornal, dos quais Venezuela, Bolívia, México, Argentina e Colômbia foram os países mais citados. Isso não significa, *a priori*, que foram os países que desfrutaram de maior tempo no telejornal. Os dados são referentes ao número de inserções e não ao tempo dedicado a elas.

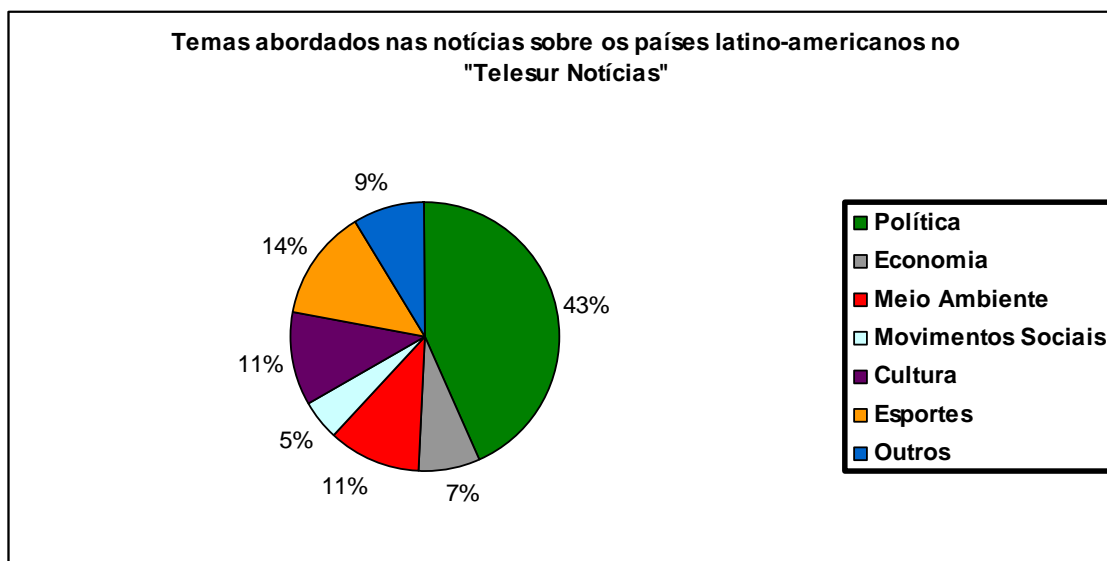


GRÁFICO 2 – Os principais temas abordados (em porcentagem) das 81 notícias dedicadas à América Latina no telejornal *Telesur Notícias*.

Vale destacar que o segundo tema mais abordado foi o esporte, que a emissora noticia, principalmente, através dos resultados dos principais jogos. São poucas as matérias que tratam de um país específico, mas foram registrados como inserções cada vez que um país latino-americano era citado, seja em uma matéria, seja no resultado de um jogo. O último bloco do programa é dedicado, exclusivamente, ao esporte e aos temas culturais. Um outro tema a ser destacado é o meio ambiente, que ocupou 11% das notícias totais sobre América Latina. Isso aconteceu porque, além das matérias e notas sobre encontros ambientais, discussão sobre o uso de agrotóxicos e feiras de produtos orgânicos, foram muitas as inserções (em formato de nota coberta ou matéria) que abordaram desastres naturais no Caribe, como o Furacão Félix na América Central ou mesmo inundações na cidade de Tabasco, México. As notícias de desastres naturais foram registradas como Meio Ambiente e são todas provenientes de agências internacionais de notícia (Reuters e APTN).

Das 81 inserções que tratam dos países latino-americanos, foram selecionadas 75 delas para somar o tempo destinado para cada país latino-americano no *Telesur Notícias*. Foram excluídas matérias que tratavam de eventos envolvendo dois ou mais países (como a Cúpula do Mercosul ou o Simpósio Internacional sobre Migrações), para que o cálculo fossem feito com base em matérias, notas secas ou notas cobertas referentes a um único país. Foram 12 países encontrados, sendo que no item “Outros” estão incluídos os países que tiveram menos de 3 minutos de participação na soma de todos os programas. São eles: Nicarágua, Honduras, Panamá, República Dominicana e Paraguai.

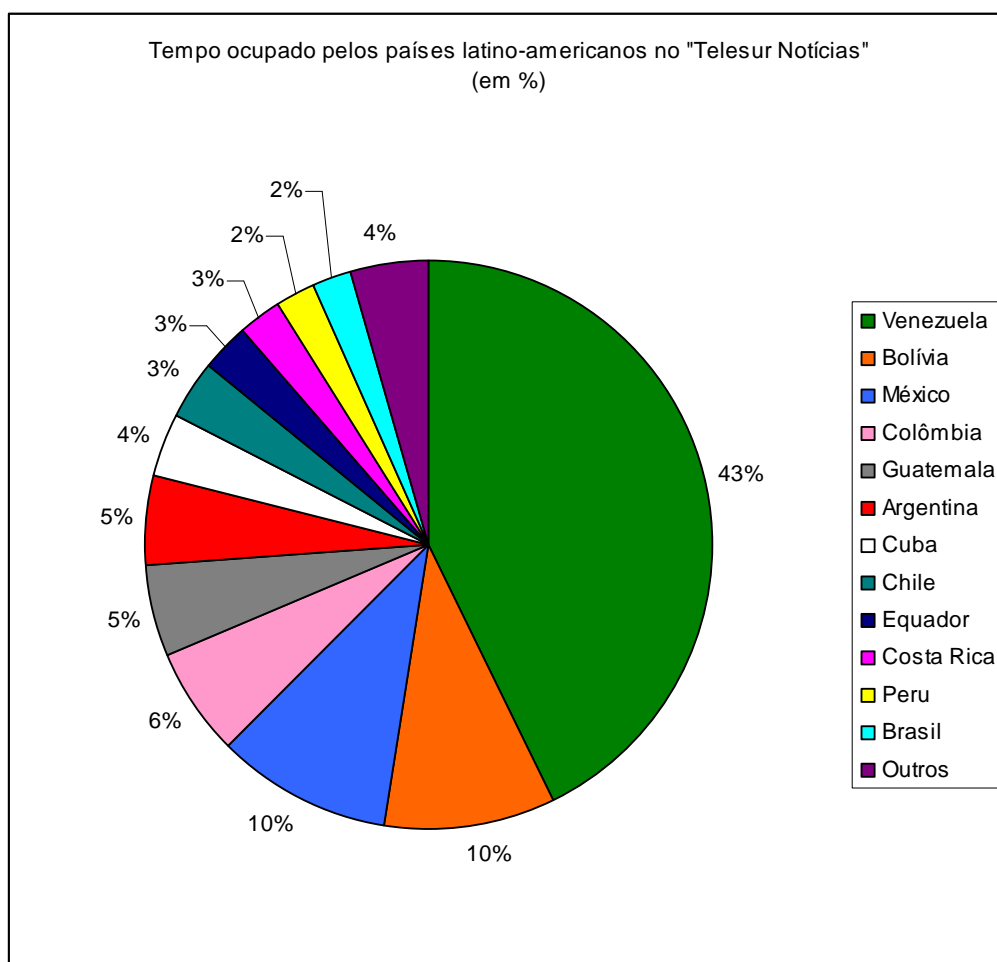


GRÁFICO 3 – Tempo destinado (em porcentagem) aos países latino-americanos nas 81 matérias sobre América Latina no *Telesur Notícias*.

Nota-se, no gráfico acima, a grande diferença entre o espaço destinado a assuntos da Venezuela e dos outros países. Isso pode ter ocorrido porque a edição analisada do *Telesur Notícias* do dia 02/12/2007 coincidiu com o dia em que foi votado o referendo da Reforma Constitucional do país. Um evento que teve destaque na mídia do mundo inteiro, principalmente pelos pontos polêmicos que estavam em jogo, no que diz respeito à possibilidade de reeleição ilimitada e outros pontos que ampliariam o poder do presidente Hugo Chavez. Neste dia, a Telesur dedicou 40 minutos às reportagens sobre o tema, com *flashes* dos repórteres ao vivo, que acompanhavam a votação em Caracas, além de análises e matérias que abordavam os pontos polêmicos da Reforma Constitucional. Desta maneira, o tempo dedicado à Venezuela no *Telesur Notícias* foi muito maior em relação às outras edições, devido a um evento de importância para o país e de alta repercussão no mundo. No entanto, uma eleição também importante para a América Latina, dia 09/09/07, na Guatemala, só recebeu 7 minutos de cobertura da emissora.

Se excluída a edição do dia 02/12, o gráfico de participação dos países latino-americanos na emissora ficaria assim:

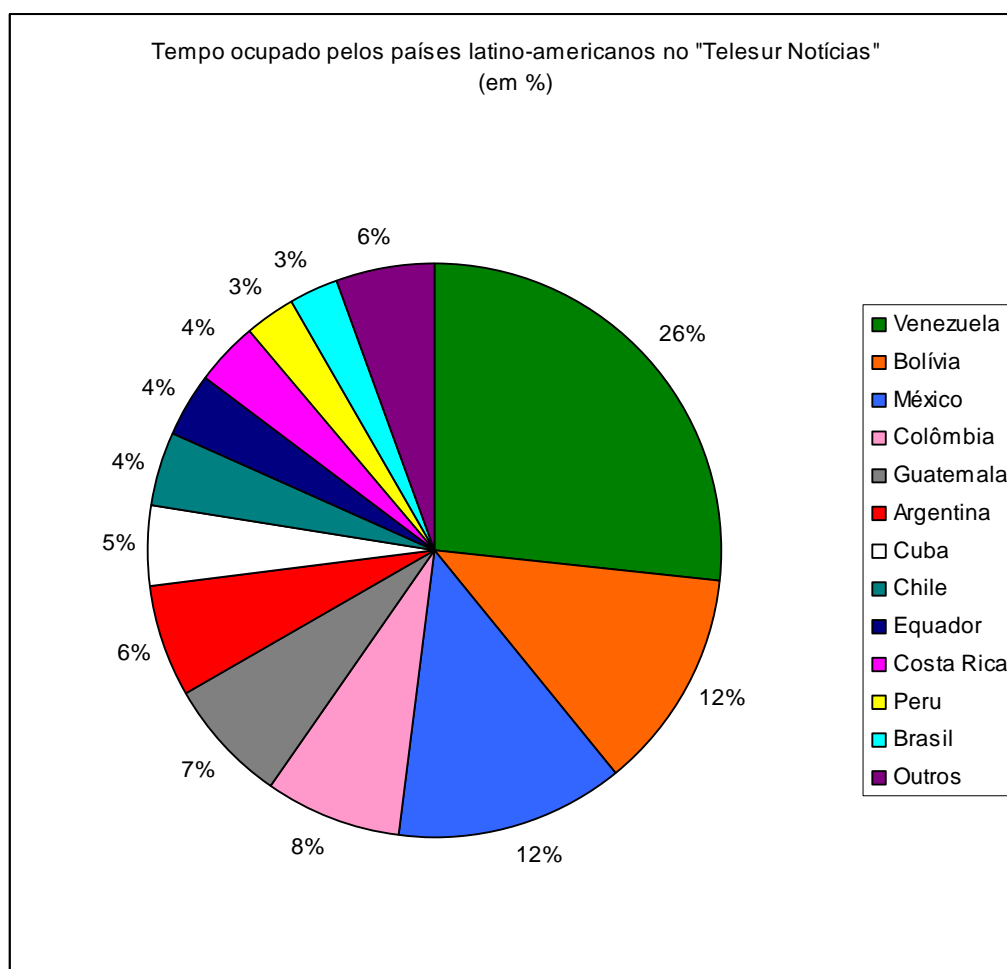


GRÁFICO 4 – Tempo destinado (em porcentagem) aos países latino-americanos nas matérias sobre América Latina no *Telesur Notícias*, excluída a edição do dia 02/12/2007.

Nota-se que, mesmo com a retirada de 40 minutos de notícias exclusivamente abordando a Venezuela, o país ainda fica à frente dos outros países latino-americanos no tempo destinado a cada um deles no *Telesur Notícias*. Se o principal foco do telejornal é a cobertura diferenciada de assuntos factuais da região, vale destacar que o Brasil, um dos mais importantes países do continente, recebeu apenas 3% do espaço, o equivalente à soma de 4 minutos em todos os noticiários.

Pode-se evidenciar também um maior tempo ocupado no *Telesur Notícias* pelos países mantenedores da emissora (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e

Nicarágua) se comparados com os outros 10 países latino-americanos que não financiam a rede e que tiveram notícias sobre eles.

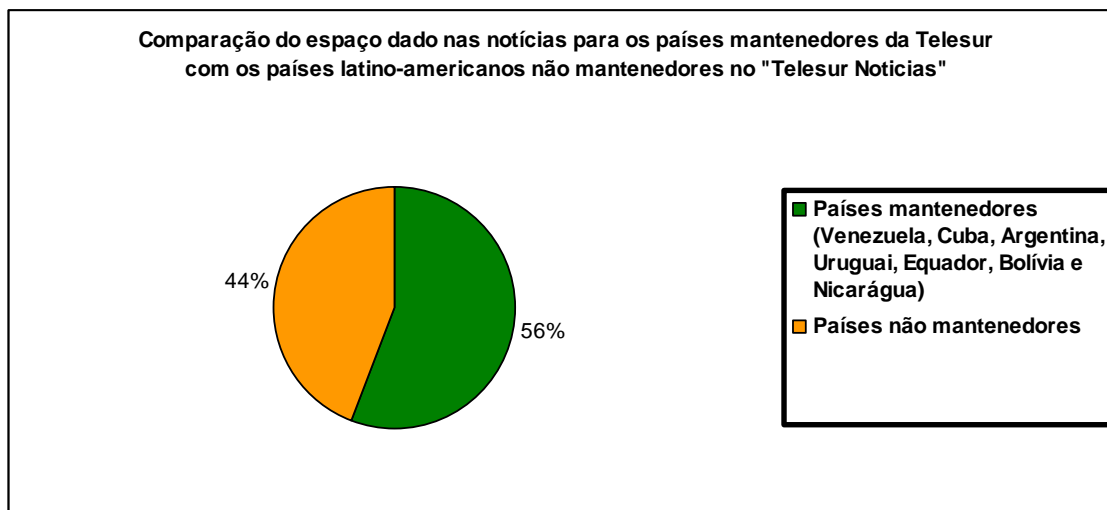


GRÁFICO 5 – Comparação entre o tempo destinado (em porcentagem) aos países latino-americanos mantenedores da emissora (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua) e os outros países não mantenedores no *Telesur Noticias*.

Da mesma maneira, pode-se analisar o alto índice de notícias favoráveis aos países mantenedores da Telesur. Das notícias analisadas sobre estes países, nota-se que apenas 2% total evidenciaram uma posição contrária às políticas dos governos que financiam a emissora. Em contrapartida, 60% das matérias que abordaram Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia ou Nicarágua foram favoráveis ao governo destes países.

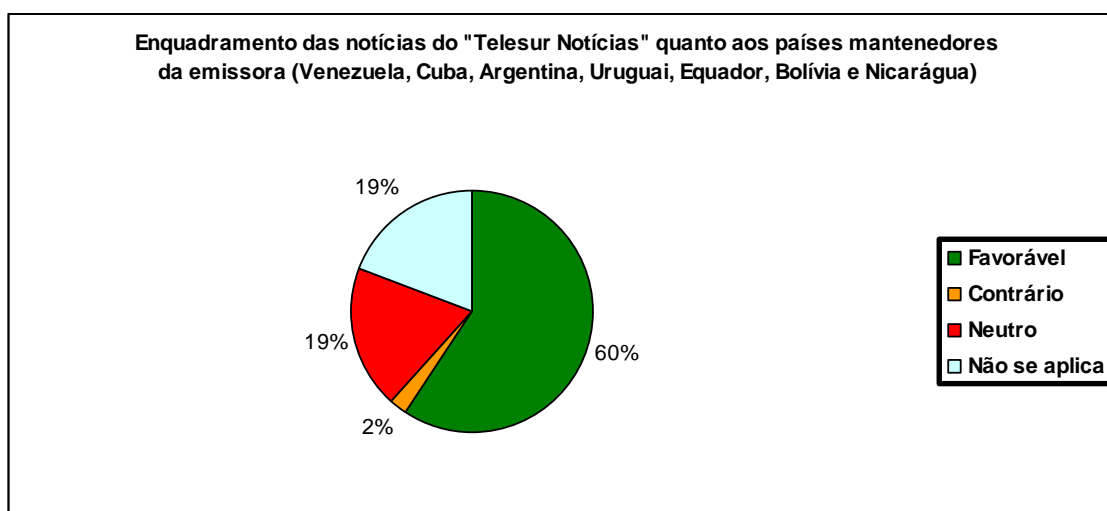


GRÁFICO 6 – Enquadramento dado (em porcentagem) das notícias dos países latino-americanos mantenedores da emissora (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua) no *Telesur Noticias*.

Considera-se favorável as notícias em que a maioria das fontes ouvidas dá um parecer ligado às posições oficiais do governo dos países em questão. Neste caso, a emissora lança

mão de fontes oficiais (membros do próprio governo), de especialistas e de representantes dos movimentos sociais sobre o assunto. As notícias contrárias são aquelas em que a estrutura da matéria (fontes, texto do repórter) dá um parecer negativo sobre o governo. As notícias neutras são aquelas em que há um balanço de fontes ouvidas (favoráveis e contrárias), o que não privilegia nenhum dos dois lados. O quesito “Não se aplica” engloba as matérias que não citam os governos dos países citados e, desta maneira, não dão um parecer neutro, favorável nem contrário.

Por um outro lado, os países que não são mantenedores (em especial México, Colômbia e Peru) tiveram 46% das notícias contrárias às políticas dos seus governantes. As matérias que podem ser destacadas são sobre o tratado de livre comércio firmado entre Estados Unidos e Peru, a decisão do governo colombiano de não abrir uma zona desmilitarizada no país para a liberação dos reféns das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e sobre o primeiro ano de Felipe Calderón na presidência do México.

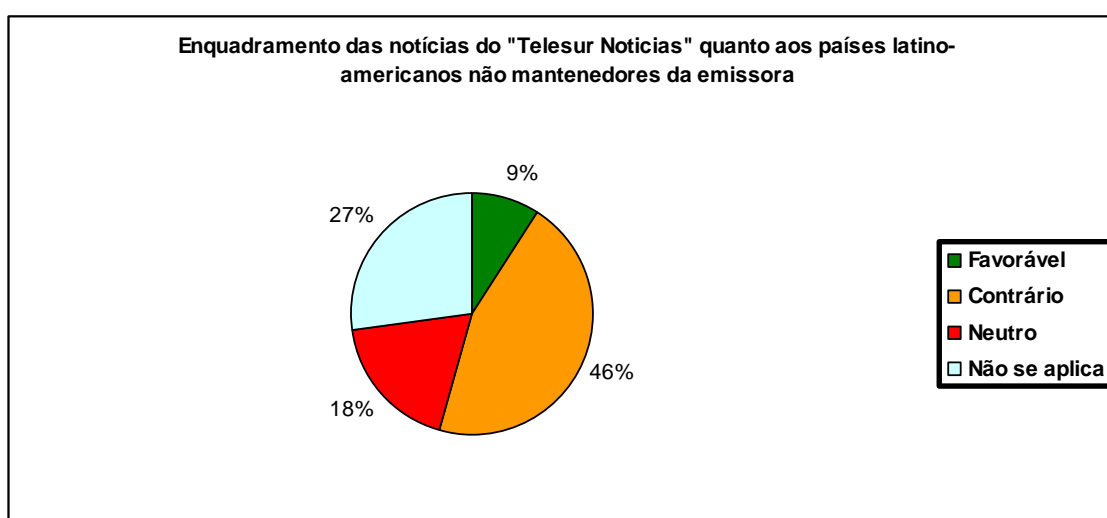


GRÁFICO 7 – Enquadramento dado (em porcentagem) das notícias dos países latino-americanos não mantenedores da emissora no *Telesur Noticias*.

3.3.2 A síntese semanal – Análise do programa *Síntesis Latinoamericana*

O programa *Síntesis Latinoamericana* apresenta, durante a sua meia hora de duração, cerca de dez matérias que podem sintetizar a semana na América Latina. Neste caso, é quase inexistente a presença de imagens provenientes das agências internacionais de notícias. A maioria delas trata de política e é produzida pela própria emissora, nas diferentes sucursais espalhadas pelo continente.

Foram analisados sete programas que contemplam matérias sobre 15 países do continente. Em relação ao espaço dado a cada um durante o programa, nota-se que a Venezuela também mantém a maior parte, seguida de Bolívia, Colômbia e Peru. O item “Outros” refere-se ao Haiti, Guatemala e Uruguai, países com menor espaço dentro do programa.

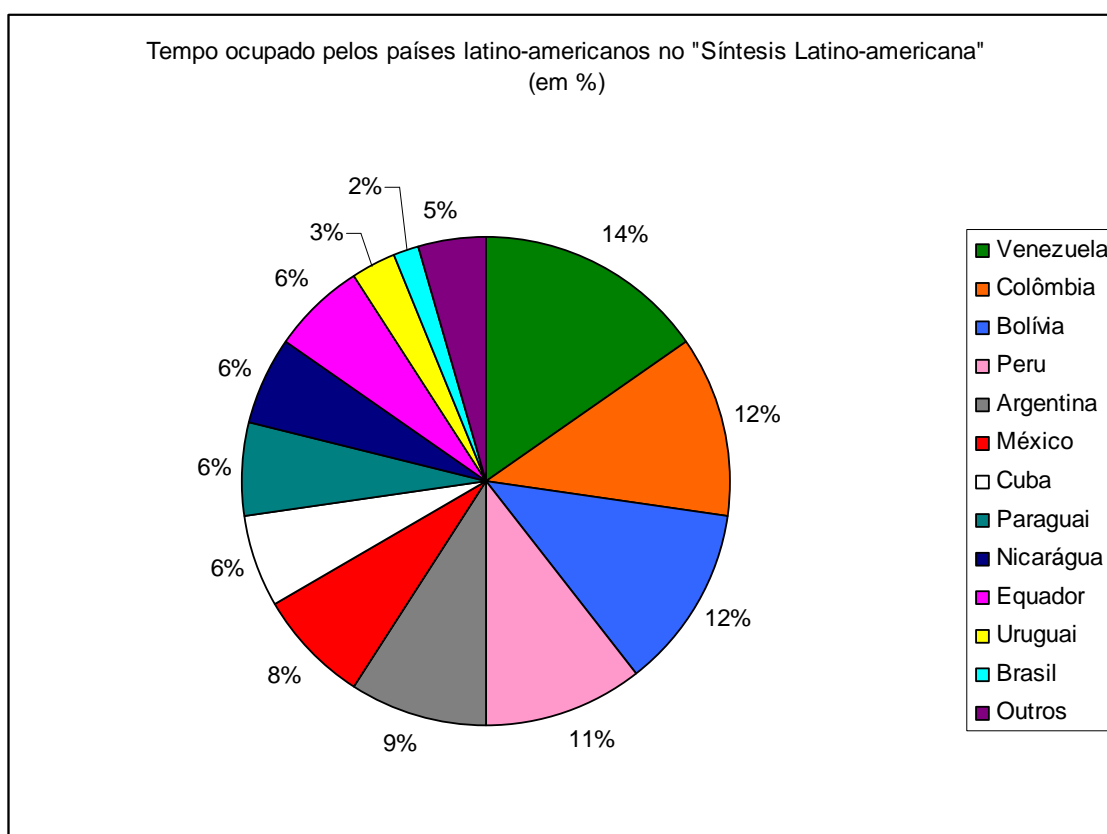


GRÁFICO 8 – Tempo destinado (em porcentagem) aos países latino-americanos nas matérias sobre América Latina no *Síntesis Latinoamericana*.

Assim como ocorreu na análise do *Telesur Noticias*, o programa *Síntesis Latinoamericana* também evidencia que os países mantenedores da emissora detêm um maior espaço de tempo no programa.

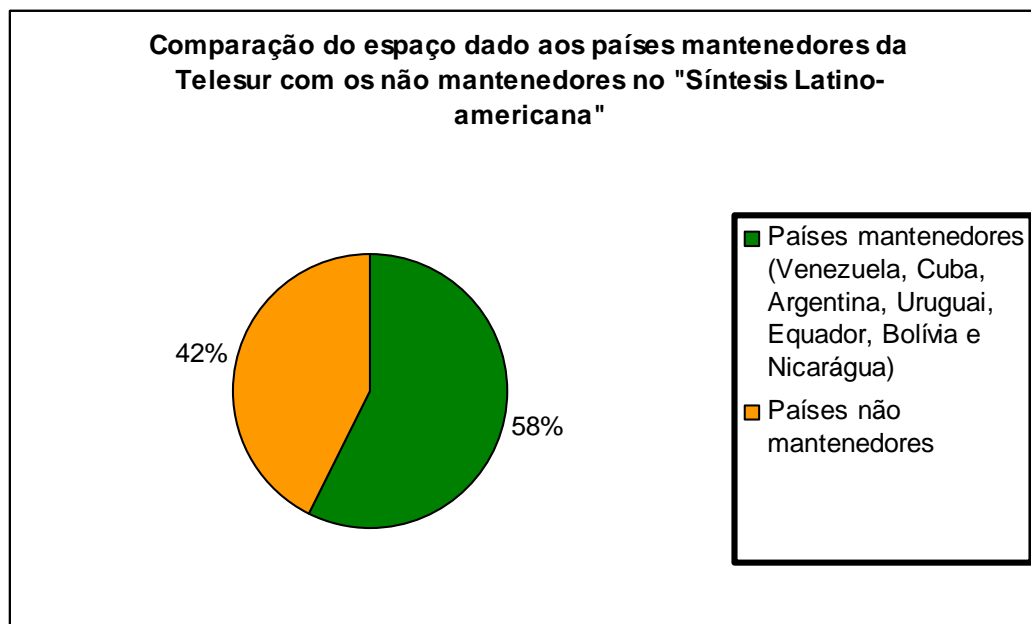


GRÁFICO 9 – Comparação entre o tempo destinado (em porcentagem) aos países latino-americanos mantenedores da emissora (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua) e os outros países não mantenedores no *Síntesis latinoamericana*.

O enquadramento das notícias entre os países mantenedores e não mantenedores da emissora segue também os mesmos padrões que do *Telesur Noticias*, com aumento das diferenças entre positivo e negativo. Das 28 matérias do programas analisadas neste trabalho, 70% das que abordam assuntos relacionados aos países financiadores da Telesur mostram um lado positivo dos governos e 9% contrários.

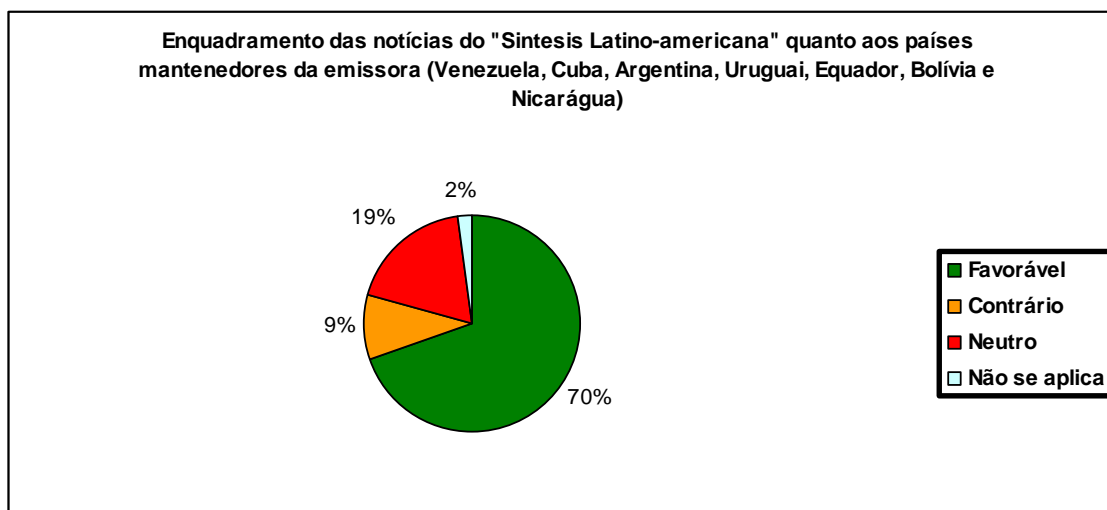


GRÁFICO 10 – Enquadramento dado (em percentagem) das notícias dos países latino-americanos mantenedores da emissora (Venezuela, Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia e Nicarágua) no *Sintesis Latinoamericana*.

Em relação aos países latino-americanos que não financiam a emissora e que tiveram espaço em algumas das 28 matérias do programa, nota-se que 67% das inserções relacionadas a eles são contrárias ao governo destes países. Os casos mais evidentes e frequentes durante a análise das matérias são em relação à Colômbia e ao México. As matérias desfavoráveis ao governo colombiano concentram-se, principalmente, no terrorismo e no tráfico de drogas, enquanto que em relação ao México as matérias estão voltadas às discordâncias políticas, econômicas e sociais existentes entre os governos ditos de esquerda (mantenedores da rede) e os de direita, como é o caso de Felipe Calderón.

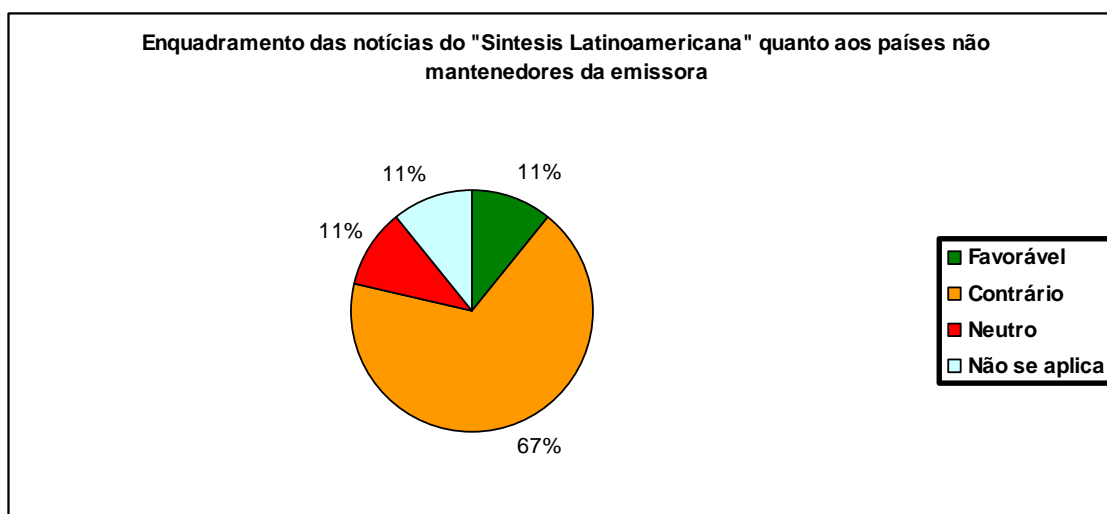


GRÁFICO 11 – Enquadramento dado (em %) das notícias dos países latino-americanos não mantenedores da emissora no *Sintesis Latinoamericana*.

3.4 A visão de mundo : análise qualitativa da Telesur

Neste tópico, foram analisadas matérias do *Telesur Noticias* e do *Sintesis Latinoamericana* (21 no total) que demonstram a forma com que a emissora lida com assuntos da América Latina. Serão avaliadas a forma pela qual as matérias são estruturadas, as fontes ouvidas, o enquadramento da emissora principalmente em relação às matérias que tratam de política e de que forma esta rede constrói sua visão de América Latina e de mundo.

3.4.1 Telesur, as multinacionais e os tratados de livre comércio

Com o ideal bolivariano em prática pelas diretrizes da emissora, a Telesur se opõe aos tratados de livre comércio com os Estados Unidos firmados por países da América Latina. É o caso do Peru. A matéria do dia 07/08/2007 exibida pelo *Telesur Noticias* mostrou uma manifestação de mais de mil trabalhadores peruanos contra o acordo bilateral firmado com os Estados Unidos. As principais fontes foram os trabalhadores e operários, que diziam que o acordo não melhoraria as condições de vida do povo peruano. Outra matéria neste sentido foi a da edição de 07/12/2007 do *Sintesis Latinoamericana*, que tratava como inconstitucional a assinatura do acordo entre Peru e Estados Unidos. A emissora usa, em matérias sobre política, muitas fontes ou informações de especialistas e cientistas políticos que estão em acordo com a posição editorial da rede.

O texto da matéria de Virginia Gonzales dizia que “o presidente da Convención Nacional del Agro afirmou que o tratado significa o colapso de 3 milhões de produtores e camponeses que neste momento se encontram empobrecidos e 80% sem créditos.” O entrevistado fala que: “O Peru não se preparou para os impactos econômicos do tratado”. A matéria termina com a repórter dizendo que “analistas consideram que o recente tratado permitirá que as empresas do norte procedam contra o governo sul-americano legalmente nos tribunais internacionais se as leis peruanas atentarem contra os interesses econômicos norte-americanos”.

A Telesur deixa clara a sua posição anti-imperialista e contrária às grandes multinacionais, principalmente as norte-americanas. Isso, muitas vezes, se confunde com o discurso dos governantes dos próprios países que a mantêm, o que torna a independência

editorial questionável. No entanto, se todos os veículos de comunicação (sejam eles comerciais ou não) possuem sua linha editorial dotada de interesses econômicos e políticos, a Telesur também se firma como uma rede que também possui suas preferências, suas diretrizes, sua visão de mundo.

A notícia exibida no dia 05/09/2007 pelo *Telesur Noticias* é um exemplo disso. A matéria, realizada no México, diz que o refrigerante Coca-Cola Zero, vendido no México, continha Ciclamato de Sódio, uma substância proibida pelos Estados Unidos há mais de 40 anos. Por mais que a matéria apresentasse a sonora do representante da Coca Cola no México (Rafael Fernandez Quiroz) dizendo que o produto estava de acordo com a regulamentação mexicana, a matéria mostrou-se tendenciosa quando o especialista em direitos do consumidor, Alejandro Calvillo, disse que a substância foi proibida pelos norte-americanos por ser cancerígena e foi permitida pelo governo mexicano. O produto ainda estava em fase de testes.

O especialista em direitos do consumidor, Alejandro Calvillo diz que: “a proibição (nos EUA) veio por estudos norte-americanos que confirmavam a influencia desta substância no aparecimento de câncer de rim”. O repórter diz que: “no México, o uso foi permitido pelas autoridades de saúde no ano passado”. Entra novamente o especialista dizendo que “desde 1999, o produto estava proibido no México e em 2006, em junho, com a chegada do novo governo, a substância foi liberada. E então, poucos meses depois, chega a Coca Cola Zero com esta substância que é um dos corantes mais baratos do mundo”.

O que vale destacar é que a Coca Cola, como uma das empresas mais lucrativas no mundo, não seria questionada por uma rede comercial de televisão. Com receio da fuga de publicidade e capitais provenientes desta multinacional, a emissora provavelmente se esquivaria de qualquer denúncia contra seu anunciante. A Telesur, neste sentido, mostra seu espaço de diversidade e de pluralidade na informação.

3.4.2 Telesur e os governos latino-americanos

No dia 02/07/2007, o *Telesur Noticias* veiculou uma nota coberta sobre os seis meses de governo de Felipe Calderón, presidente mexicano. A nota, de 1 minuto e 30 segundos de duração, lida pela apresentadora e com imagens do presidente ao fundo, dizia que o governo

do mexicano ainda não havia conseguido cumprir suas promessas de campanha e que enfrentava grande oposição da população. A nota, que não ouviu nenhuma fonte, só apresentou críticas ao governo.

No dia 07/08/2007, uma matéria de 2 minutos de duração no *Telesur Noticias* mostrava os 5 anos de governo do presidente colombiano Álvaro Uribe. O texto da reportagem destaca que o presidente “tenta firmar um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, mesmo com a oposição dos movimentos sociais”. Além disso, que “insiste na liberação dos reféns das FARC por vias militares, o que causa descontentamento dos familiares das vítimas” e que “é acusado de ligação com grupos paramilitares” (informação verbal)³³

No entanto, no dia 07/09/2007, o *Sintesis Latinoamericana* mostrou uma matéria de 2 minutos sobre a Argentina, uma das mantenedoras da rede, com a chamada: “Governo comemora 5 anos consecutivos de crescimento econômico”. Trata-se de uma matéria sobre a Argentina, com um enquadramento positivo e sonoras de parlamentares e especialistas defendendo as políticas econômicas do então presidente Néstor Kirchner, como pode-se perceber no trecho em que o repórter Edgardo Esteban começa dizendo que “o governo argentino está em festa e não é para menos. Havia mais de 100 anos que a Argentina não registrava 5 anos consecutivos de crescimento econômico.” E termina a matéria dizendo que “o governo está muito confiante na vitória de Cristina Kirchner nas urnas. Ela já conta com o apoio de mais de 40% do eleitorado”. (informação verbal).³⁴

A matéria da edição do dia 06/01/2008 do *Telesur Noticias* mostra um balanço que o presidente Hugo Chávez fez de seu governo no ano de 2007. A matéria, que teve duração de 7 minutos, não citou o crescimento da oposição ao governo com a derrota do Referendo Constitucional. Só citou o processo de liberação das reféns pelas FARC (que acontecia com a ajuda de Chávez) e dos novos delineamentos políticos do governo após a derrota no referendo.

Estes quatro exemplos mostram as tendências no tratamento político da emissora nas matérias e notas que tratam de diferentes governos latino-americanos. Não se trata de criticar governos que não fazem parte das ações da emissora, mas de governos que seguem tendências político-ideológicas contrárias às dos países financiadores. Os governos que mais têm notícias políticas negativas são Colômbia e México. Estes dois países são grandes

³³ Informação transcrita da edição de 07/08/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

³⁴ Informação transcrita da edição de 07/09/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

desafetos do governo de Hugo Chávez. Nas eleições mexicanas de 2006, o presidente Venezuelano apoiou o candidato López Obrador, que perdeu do conservador Felipe Calderón por menos de 1% dos votos. Além disso, os embates com o presidente colombiano Álvaro Uribe sobre o tratamento que o governo dá às FARC são intensos.

Em relação ao governo cubano, um dos principais aliados de Hugo Chávez e um dos países mantenedores da Telesur, poucas notícias foram exibidas no período de coleta do material. No entanto, todas elas transmitem uma posição favorável ao regime da ilha, sem utilizar membros opositores como fonte das matérias. Vale destacar a edição do dia 04/01/2008 do programa *Síntesis Latinoamericana*. Foi a primeira edição do ano, que contou com matérias referentes aos principais acontecimentos de 2007. Uma delas foi sobre as eleições parlamentares na ilha e sobre o afastamento de Fidel Castro do poder, que em 2007 completou um ano. A matéria mostra o processo eleitoral e como os cubanos estavam tranquilos em relação ao afastamento do líder. Sonoras de cidadãos diziam que os cubanos nunca vão deixar de ser revolucionários, como pode-se observar quando a apresentadora chama a matéria dizendo que: “Cuba também reafirmou seu rumo político em 2007. Por um lado, com a primeira etapa das eleições gerais e por outro, com profundas reflexões de como dar seguimento ao processo revolucionário iniciado na ilha há 49 anos”. A matéria de Rolando Segura mostra uma fala de Juliet Reina, cidadã cubana, sobre o processo eleitoral. Ela diz que “é a maneira que temos para falar frente ao povo, demonstrar que temos voz, que em Cuba os nossos direitos são respeitados”. O repórter ainda diz que “neste panorama, o presidente cubano Fidel Castro manteve sua liderança como estadista com os 70 editoriais divulgados na imprensa sobre os rumos estratégicos do país” (informação verbal)³⁵

A edição do dia 05/09/2007 do *Telesur Noticias* contou com uma matéria sobre o processo eleitoral cubano. As sonoras oficiais (como a do presidente da Comissão Eleitoral Municipal) e dos cidadãos elogiavam o sistema cubano. A matéria termina com Consuelo Ramirez, cidadã, que diz “Cuba vive um sistema democrático que não segue os padrões estabelecidos por outros países e que representa a decisão tomada pelo próprio povo cubano”.

As matérias sobre o governo boliviano, também um dos principais aliados de Hugo Chávez e um dos países mantenedores da Telesur, tiveram enquadramento positivo ou neutro. De política a esporte, a grande maioria tratou dos feitos e do apoio que o governo recebe da população, mesmo com vários problemas que o país passa, principalmente em relação à nacionalização das empresas. No dia 06/01/2008, uma matéria do *Telesur Noticias*

³⁵ Informação transcrita da edição de 04/01/2008 do telejornal *Síntesis Latinoamericana* (tradução nossa)

mostrou a descoberta de uma nova reserva de gás natural na Bolívia e parcerias que a YPF (empresa energética estatal boliviana) com as estatais PDVSA (Venezuela) e Pluspetrol (Argentina) para a extração do gás. As parcerias foram realizadas entre países alinhados politicamente, mas mesmo assim o repórter afirmou que “essa é uma prova de que as empresas estrangeiras continuam investindo na Bolívia, pouco mais de um ano da nacionalização dos hidrocarbonetos”.

Nas reportagens analisadas da Telesur, os movimentos sociais são utilizados como fonte em dois casos: quando querem reafirmar as políticas defendidas por algum presidente ou quando são contrários a estas políticas. Desta forma, eles são ouvidos para legitimar ou refutar alguma atitude do governo, em uma posição que se confunde com base de apoio e oposição do país.

Como os governos ditos de esquerda na América Latina surgiram, em praticamente todos os casos, de lutas de movimentos sociais e têm políticas que agradam este segmento, são apoiados por estas entidades. Em governos mais conservadores, acontece o contrário.

Foi o que aconteceu na matéria do dia 05/09/2007 do *Telesur Noticias*. A reportagem, feita em Costa Rica, mostrava o movimento de agricultura orgânica se opondo à ratificação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Segundo a matéria, 5.500 famílias que cultivam alimentos de forma saudável e com o contato direto com a natureza afirmavam que o tratado iria impor o domínio de patentes nas sementes cultivadas, o que prejudicaria os pequenos produtores. A Secretária do Movimento de Agricultura Orgânica, Eva Carazo, afirmou que “o tratado vai (iria) impor um modelo de agricultura ligado à monocultura exportadora, nas mãos das multinacionais. É uma agricultura comercial, não de abastecimento”. A matéria não ouviu o governo nem os políticos favoráveis ao tratado.

Por um outro lado, a matéria do dia 05/09/2007 do *Telesur Noticias* mostrou que produtores de coca apoiavam o novo plano de racionalização do governo boliviano para o cultivo da planta. A matéria diz que os integrantes do movimento acataram a decisão de forma voluntária, para ajudar o governo a combater o tráfico de drogas.

É importante destacar que as únicas reportagens sobre o Brasil que não tratavam de esporte foram sobre a renúncia de Renan Calheiros (então presidente do Senado) e sobre o acidente de um avião da TAM (Transporte Aéreo Marília) que se chocou, em julho de 2007, com um edifício próximo ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

3.4.3 A revolução bolivariana na Telesur

A Telesur nasceu do ideal bolivariano de integração latino-americana, do presidente Hugo Chávez, e a imagem política da América Latina retratada pela emissora condiz com os ideais do líder venezuelano. O principal exemplo de apoio ao governo da Venezuela, entre todas as edições analisadas do *Telesur Noticias*, foi a cobertura do Referendo Constitucional ao vivo, no dia 02/12/2007. O referendo, uma das principais apostas de Hugo Chávez, previa a mudança de 69 artigos da Constituição, de um total de 350. O presidente havia proposto modificações em 33 artigos, como o que amplia o mandato presidencial de seis para sete anos e o que estabelece a reeleição ilimitada.

Um mês antes, no dia 02/11/2007, uma matéria do *Telesur Noticias* mostrava que o parlamento venezuelano havia ratificado a Reforma Constitucional através de um referendo. O texto do repórter dizia: que “muitas das propostas saíram dos debates com setores da população, como os movimentos sociais”. De volta ao estúdio, a apresentadora leu os principais aspectos da reforma, dos quais estava o “impulso a um modelo socialista com ampla participação popular nas políticas públicas”. (informação verbal)³⁶

O dia 02/12/2007 foi marcado pela consulta popular em todo o país. A Telesur, neste dia, fez uma ampla cobertura, com várias inserções ao vivo na edição matutina *Telesur Noticias* das 7h às 8h. Do estúdio, a apresentadora Marcela Heredia chamava constantemente, nos 40 minutos que durou o noticiário, duas repórteres: Johanna Hopkins, que estava acompanhando a votação diretamente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o que corresponderia, no Brasil, ao Tribunal Superior Eleitoral, e Lourdes Suazo, que acompanhava a movimentação dos eleitores na Escuela Experimental, um dos principais pontos de votação em Caracas.

O que se pôde notar foi a apropriação de termos utilizados constantemente pelo governo venezuelano (como revolução, bolivarianismo, socialismo do século XXI etc) pelos repórteres. É o que pode-se perceber na primeira entrada da repórter Johanna Hopkins, em sua primeira entrada ao vivo: “Vamos acompanhar minuto a minuto esta consulta que visa levar o país ao Socialismo do Século XXI, como disse o presidente Hugo Chávez”. Ou ainda

³⁶ Informação transcrita da edição de 02/11/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

na sua segunda inserção ao vivo: “Diretamente do CNE, os jornalistas já acompanham uma das votações mais importantes da Revolução Venezuelana”. (informação verbal)³⁷

As repórteres que faziam entradas ao vivo enfatizavam, muitas vezes, a presença de observadores internacionais e da segurança do processo eleitoral no país. Foi o caso de Lourdes Suazo, em sua primeira entrada ao vivo da edição. “Uma das características desse processo eleitoral é que disseram [os observadores internacionais que acompanhavam a votação] que estão constatando duas Venezuelas. Uma, aquela que conheciam através dos grandes meios de comunicação de caráter internacional, que mostravam uma Venezuela apática, sem vontade de participação e outra, a Venezuela que estão vendo, respirando e visualizando minuto a minuto”. (informação verbal)³⁸

Na sua segunda entrada ao vivo, Lourdes Suazo aparece ao lado de Alejandro Navarro, senador e um dos observadores internacionais do Chile. A repórter pergunta: “Segundo informações dos Estados Unidos, não há observadores internacionais, já que não há presença de observadores dos organismos de confiança norte-americanos. Você concorda?” O entrevistado responde: “Aqui na Venezuela se vive o verdadeiro espírito democrático” (informação verbal)³⁹

Além das entradas ao vivo, foram exibidas matérias referentes à transparência do processo eleitoral na Venezuela, histórico da Constituição, do processo eleitoral e dos principais pontos da reforma. Também sobre as críticas que os Estados Unidos lançaram sobre o processo eleitoral venezuelano, mesmo com o repúdio dos observadores internacionais. Em nenhum momento, durante o programa, foram citadas as manifestações que aconteceram em todo o país favoráveis e contrárias ao Referendo.

No mesmo período de análise, o *Telesur Noticias* também fez a cobertura das eleições da Guatemala. Uma matéria dia 05/09/2007 e outra dia 02/11/07. Na primeira, a rede mostrou o perfil dos principais candidatos à disputa (4 candidatos dos 14 que disputaram). O espaço para as propostas de cada candidato foi dado conforme a sua posição nas pesquisas eleitorais. O então candidato Álvaro Colom (que saiu vitorioso e que foi apoiado por Chávez) recebeu o maior espaço, seguido de Otto Perez Molina. O espaço dedicado a Molina cita seu envolvimento com violações dos direitos humanos, quando era militar.

³⁷ Informação transcrita da edição de 02/12/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

³⁸ Informação transcrita da edição de 02/12/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

³⁹ Informação transcrita da edição de 02/12/2007 do telejornal *Telesur Noticias* (tradução nossa)

A segunda matéria mostrou os trâmites eleitorais e a preparação do país para o segundo turno. Uma repórter entrevista Álvaro Colom, ao vivo, da Guatemala e anuncia a entrevista com Otto Pérez Molina no próximo programa. O espaço dado a estas duas matérias soma 15 minutos. Desta forma, é clara a diferença da cobertura feita para a eleição do referendo venezuelano com as eleições guatemaltecas. O espaço, a cobertura e o grau de importância dado pela emissora privilegiou a votação na Venezuela.

3.4.4 Telesur e o mundo

Um dos pilares sustentados pela política editorial da emissora é o foco geopolítico do Sul. Isso não significa tratar apenas de temas referentes aos países latino-americanos, mas todas as regiões pobres do mundo (inclusive de regiões pobres dos países desenvolvidos), o que justifica a cobertura de temas pouco convencionais nos grandes veículos internacionais. Alguns dos exemplos foram as notas cobertas veiculadas nas edições de 02/07/2007 e de 05/09/2007 pelo *Telesur Noticias*. A primeira tratava de uma cúpula realizada em Gana, que debatia a integração dos países africanos. A segunda nota tratava de um protesto de manifestantes em Nairóbi (Quênia) sobre cortes de luz.

A emissora busca privilegiar assuntos corriqueiros de populações pobres e até busca uma cobertura alternativa. No entanto, para isso, utiliza de material de agências de notícias internacionais (no caso das duas notas, a APTN) e fica presa à visão de mundo destas agências. Praticamente todas as matérias e notas internacionais são retiradas de agências de notícias internacionais. Para uma emissora que deseja se tornar uma alternativa de comunicação, longe dos grandes monopólios, é incoerente utilizar materiais de agências internacionais.

Nas notas sobre o Oriente Médio, fica clara a proteção da emissora à Palestina e aos governos do Iraque e Irã. Em vários momentos é citada a intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque e os constantes ataques de Israel à Palestina. Um dos exemplos é a matéria exibida em 07/08/2007 que mostra como o petróleo iraquiano continua a ser explorado pelos Estados Unidos. A matéria, que usa imagens da Reuters, diz que, enquanto os Estados Unidos discutem a retirada das tropas do Iraque, as grandes petroleiras norte-americanas e de países aliados mantêm a exploração do petróleo na região. Segundo a matéria, companhias

petroleiras firmaram acordos para a exploração e exportação para a Inglaterra, Estados Unidos e Austrália.

3.4.5 Telesur e a cultura na América Latina

Os temas culturais do *Telesur Noticias* são exibidos sempre no último bloco do programa. Geralmente são matérias frias, que abordam algum tema da cultura latino-americana, livre de interesses políticos. Matérias que envolvem história, geografia, movimentos culturais, religião, dança, teatro e cinema. Aqui, a Telesur cumpre com seu caráter integrador, mostrando diversas realidades pouco exploradas pelos grandes conglomerados de comunicação internacional. Ao fugir do factual, a emissora volta-se para o cotidiano das mais diferentes tribos, raças e povos que compõem a América Latina.

É o que pode ser percebido na matéria veiculada no dia 05/09/2007, que mostrou a história da “chola paceña”. São as indígenas residentes em La Paz, na Bolívia, que se vestem de uma maneira muito peculiar, desde a época da colonização espanhola. A matéria mostra a história da vestimenta e sua história de luta e trabalho e que não existe posição social para utilizar as vestimentas que as caracterizam. As cholas paceñas são pedintes, feirantes, executivas e deputadas. As fontes utilizadas são pedestres, moradores e comerciantes das lojas especializadas. Caras e vozes que compõem o continente ainda pouco descoberto pelos próprios latino-americanos.

3.5 Telesur: um jornalismo alternativo?

A produção do jornalismo na Telesur segue uma linha editorial na escolha das notícias bem diferente dos grandes meios de comunicação internacional. A maioria de todo o conteúdo jornalístico (55%) é voltado a assuntos estritamente latino-americanos, enquanto a emissora dá pouca importância aos temas que envolvem os Estados Unidos e a Europa (14% na soma das duas regiões). No entanto, o excessivo uso de imagens e materiais provenientes das grandes agências de notícias internacionais (principalmente a Reuters e a APTN) nas

matérias de regiões fora da América Latina fazem com que a Telesur se enquadre na visão de mundo e nas notícias propostas por estas grandes redes. Mesmo assim, dentro do material das agências de notícias, a Telesur busca fazer o seu diferencial. Exibe matérias e notas cobertas de acontecimentos pouco convencionais às grandes redes.

Em matérias sobre a América Latina, a emissora também procura informar seus telespectadores com assuntos pouco abordados e matérias culturais que procuram mostrar as diferentes facetas do continente. No entanto, principalmente nas matérias relacionadas à política (que correspondem a 43% do noticiário), nota-se uma tendência da emissora a privilegiar governos que compartilham do ideal bolivariano presente em sua linha editorial. Os países mantenedores da rede possuem, em grande maioria, matérias favoráveis às políticas desenvolvidas por eles. Enquanto isso, os países de governos mais conservadores (como é o caso do México, Colômbia e Peru) possuem matérias extremamente críticas aos seus governantes. Isso não faz com que a emissora perca o seu caráter alternativo de comunicação. Ela mostra uma outra visão de mundo (que deve ser mostrada), diferente dos grandes meios de comunicação, aos seus telespectadores.

Desta forma, a imagem política retratada do continente pelas lentes da Telesur é a mesma que envolve as críticas dos partidos políticos de esquerda latino-americanos frente à globalização, ao neoliberalismo e aos grandes monopólios comerciais e de comunicação. Tanto o *Telesur Noticias* como o *Sintesis Latinoamericana* mostram um continente afundado na pobreza e nos problemas sociais, na manutenção do grande latifúndio e na dependência econômica dos países desenvolvidos. As matérias sobre política, favoráveis aos governos de esquerda exibidos no noticiário, tratam das ações desses países em combater todos estes problemas estruturais e históricos.

No entanto, como afirma Cifuentes (2002), a capacidade de experimentar, inovar e criar programas em que há riscos de não se obter uma forte audiência fazem com que muitas redes públicas e estatais se adequem ao modelo produtivo das redes de televisão privadas, inspiradas no modelo norte-americano de jornalismo. A disposição do estúdio, dos apresentadores e dos repórteres, a estrutura das matérias, a edição e as fontes ouvidas seguem os mesmos padrões do jornalismo coconvencional. A Telesur, mesmo com o foco a diversidade dos temas abordados de maneira diferente, as rotinas de produção de se fazer jornalismo não sofre alterações.

CONCLUSÃO

Como foi possível observar, a partir da comparação entre os pressupostos do primeiro e segundo capítulos, a América Latina ainda é um continente que padece de problemas estruturais ligados à economia e à distribuição de renda. A região ainda não se livrou do processo de dependência econômica que começou durante a colonização no século XVI. A falta de tecnologia própria para muitos setores da indústria e do comércio fez com que os países latino-americanos sempre precisassem importar produtos e tecnologias que facilitassem a vida social.

A globalização e o fluxo de informação cada vez mais rápidos trouxeram ao continente uma relação desigual de exportadores e importadores de tecnologia mundial. A mundialização da economia e a formação de conglomerados e cartéis não abriram espaço para que o continente se desenvolvesse de outra maneira senão a dependência econômica. A presença das grandes empresas estrangeiras e multinacionais está constatada em diversos setores da economia. A comunicação, em especial a televisão, não foge deste princípio. Os produtos e tecnologias fornecidos pelos países desenvolvidos (em especial os Estados Unidos) fazem com que haja uma padronização da produção e do consumo das redes de televisão em relação aos seus telespectadores.

Ao partir deste pressuposto, a atividade jornalística segue os mesmos moldes de qualquer indústria capitalista (a partir do momento que deve seduzir o espectador através do impacto ou do sensacionalismo e vender notícia e atrair investimentos). As redes públicas de televisão seriam, desta forma, uma alternativa de comunicação livre de qualquer interesse particular.

A Conferência da Unesco, na década de 1970, estipulou os parâmetros da Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, que se baseavam na oportunidade dos países subdesenvolvidos em participar do fluxo de informação internacional através de suas próprias análises e informações. Isso significou que se fosse pensada uma comunicação própria, diferente e que valorizasse o interesse público à informação, livre de interesses mercadológicos e que proporcionasse a circulação desimpedida da informação, das idéias e das pessoas.

A chegada de governos de esquerda na América Latina, no fim dos anos 1990, fez com que muitos problemas estruturais e sociais fossem questionados. A comunicação e a

democratização da informação continuam a ser um debate intenso. No entanto, foram muitos os países que investiram em suas redes de comunicação públicas ou estatais para apresentarem uma outra versão dos fatos e contribuírem para uma comunicação mais pluralista.

As análises mostram que a Telesur deu um grande passo no que se refere a uma comunicação conjunta, integradora dos países latino-americanos. Mesmo sendo mantida por governos alinhados politicamente e ideologicamente, a emissora contribui para uma outra versão dos acontecimentos noticiados pela grande mídia. No entanto, nota-se que ela deixa a desejar quando fala, em suas diretrizes, de independência editorial. Mesmo sendo uma rede que mostra notícias referentes a países latino-americanos que não estão presentes na grande mídia, a Telesur tende a privilegiar, principalmente nas matérias sobre política (no *Telesur Noticias* e *Sintesis Latinoamericana*), os países mantenedores que compartilham do ideal bolivariano de integração do continente. É essa, inclusive, a principal visão de mundo proposta pela emissora. Há uma clara proteção aos governos de esquerda do continente e diversas críticas aos governos mais conservadores, classificados por ela de direita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correa de. *Imperialismo e Fragmentação do Espaço*. São Paulo: Contexto, 1988. (Repensando a Geografia)

ANDRADE, Manuel Correa de. *O Brasil e a América Latina*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999. (Repensando a Geografia)

BRUIT, Héctor H. *A Invenção da América Latina*. In: *V Encontro da ANPHLAC: Programação e Resumos*. Belo Horizonte: ANPHLAC, 2002

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demetrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana (orgs). *Edição em Jornalismo: ensino, teoria e prática*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FIALHO, GABRIEL. *O governo reage ao golpe: Telesur* In: *A pressão contrária à democratização dos meios de comunicação na Venezuela, governo Hugo Chávez*, monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social – habilitação jornalismo. Brasília, 2006. p. 100

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio, populismo e cultura: Brasil e Argentina (1930-1955)*. Porto Alegre, Revista FAMECOS 5ª ed., 1996.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

OROZCO, Guillermo (cord). *Historias de la televisión en América Latina*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa, 2002.

OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. 2ª ed, Florianópolis: Insular, 2005.

PADILLA, Nereyda E. Moya. *TELESUR: con la brújula en la historia y la identidad de nuestros pueblos*. In: III Conferencia Internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI, Caracas, Venezuela. Universidad de Cienfuegos “Carlos Rafael Rodríguez”, 2007.

PETRAS, James. *Armadilha neoliberal e Alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã Editora, 1999. 1ª ed.

RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RAMOS, Murilo César. *Às Margens da Estrada do Futuro – comunicações, políticas e tecnologia*. Brasília: Faculdade de Comunicação – UnB. Livro- Eletrônico. 2000.

REYNO, Jaime Estay (Org.). *La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clasco, 2005.

RINCÓN, Omar (org). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. Quito, Equador, Editora: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2002.

RODRIGUES, Ernesto (org.). *No próximo bloco... o jornalismo brasileiro na TV e na Internet*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005.

SADER, Emir (org). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia : os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2005.

ANEXOS

Anexo A

Para realizar a Análise de Conteúdo Quantitativa, foi elaborado um formulário prévio.

Análise de Conteúdo – Pesquisa Quantitativa							
Formulário							
Jornal <i>Telesur Noticias</i> “Emisión Estelar”							
Dia:							
Duração total do programa:							
Título da Matéria:							
País (es) envolvido (s):							
Tema:	Política	Economia	Cultura	Esporte	MA	MS	Outros
Gênero	Matéria	Nota coberta	Nota seca	Rep. Especial	Foi Manchete		
Imagens de agências internacionais?			Sim		Não		
Se sim, qual?							
Imagens de outras redes de televisão?			Sim		Não		
Se sim, qual?							
Utiliza gráfico ou outros efeitos multimídia?				Sim		Não	
Número de fontes ouvidas:							
Fonte oficial		Povo fala		Especialistas		Movimentos sociais e ONGs	
Resumo da matéria:							
Enquadramento		Favorece a fonte oficial		Favorece outras fontes		Neutro	
Tempo total da matéria:							

Anexo B

Entrevista com Javier Mendoza – Diretor de Programação da Telesur – realizada na sede da emissora em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008

Como funciona a programação da Telesur?

A programação da Telesur segue um parâmetro fixo. Uma grade de programação que se estrutura principalmente através dos telejornais. Sendo a Telesur um canal sobretudo informativo, construímos a programação basicamente nos horários fixos que queremos transmitir a informação e, com base neles, fazemos girar o resto do conteúdo da emissora, com os documentários, programas culturais, cinema, etc.

Quantos noticiários vocês produzem por dia?

Trabalhamos na seguinte premissa: todas as horas cheias, ou seja, cada hora que começa, deve haver um telejornal. Seja um “avance de notícias”, de 3 minutos de duração, seja uma “ronda informativa” de 30 minutos, seja um telejornal de 1 hora, o *Telesur Noticias*. Este último é o informativo mais importante da emissora, que vai ao ar três vezes ao dia: às oito da manhã, ao meio dia e às oito da noite. Ao longo do dia, completamos a programação com as noticiários de 3 minutos e de 30 minutos, além dos programas de esporte, com sete emissões ao longo das 24 horas e programas de análise informativa.

Quais programas são produzidos aqui?

Fundamentalmente todos os programas de conteúdo informativo. Todos os telejornais e programas que levam consigo uma alta carga de informação. Temos contatos com muitas produtoras independentes que também fazem programas exclusivos para a Telesur.

Qual é o critério para escolher um programa destas produtoras independentes?

O critério de escolha segue a linha editorial da emissora. Programas de conteúdo informativo e que tenham como base principal o processo de integração do continente latino-americano. Além disso, estabelecemos a linha editorial com a “visão do sul”, como definiu o presidente Hugo Chávez. Não é uma visão exclusivamente geográfica e sim um conceito geopolítico. É tudo aquilo que signifique resistência à hegemonia imperial.

Existe trocas com outras emissoras?

Em geral, a Telesur é um canal que se constrói com base em uma grande quantidade de convênios, seja com outras emissoras de televisão, seja com algumas entidades que nos apóiam de outra maneira. Temos uma relação muito próxima com “Rebelión” e com “Le Monde Diplomatique”. Na Venezuela, temos uma relação muito próxima com a “Venezuelana de Televisión”, além de muitas redes de televisão comunitária. No exterior, temos os contatos com nossos correspondentes (que fazem contato com as redes de televisão locais) que firmam acordos, como é o caso do Canal 7, na Argentina, e da “Universidad Nacional Autónoma de México”. Além disso, também temos colaborado com a Televisora Nacional Equatoriana, que está nascendo agora. O caso mais forte de convênio da Telesur é com a rede de televisão nacional de Cuba. Trocamos programas sem custo algum e temos um intercâmbio que já ultrapassaram as 1000 horas.

Telesur compra programas?

Sim, como é o caso do programa “América Tierra Nuestra”, que trata de diversos assuntos do continente latino-americano, desde natureza até movimentos sociais. São vários programas, de várias emissoras e de vários países que são comprados pela Telesur.

O fato do governo da Venezuela ser o acionista majoritário da Telesur implica que haja também um maior espaço deste país na programação?

Não, pelo contrário. A presença da Venezuela na grade de programação da Telesur é, sobretudo, noticiosa. Não no resto dos conteúdos. Isso porque a Venezuela tem a mesma realidade de vários países deste continente: uma produção audiovisual escassa. Em contrapartida, Argentina e México, que tem uma estrutura audiovisual bem montada e que produz uma grande variedade de conteúdos, são os países que mais tem espaço na programação. Por um outro lado, o fato da sede da Telesur estar localizada em Caracas implica que muitas decisões sobre a programação sejam tomadas aqui. Não significa que haja um domínio venezuelano sobre a linha editorial. Procuramos fazer um equilíbrio para mostrar a realidade dos países latino-americanos.

Qual é a diferença entre a programação da Telesur na Venezuela e a Telesur internacional?

Neste momento, não há nenhuma diferença na programação a não ser o que é exigido por lei. Por exemplo: a legislação venezuelana estipula que o Hino Nacional da República

Bolivariana de Venezuela seja tocado às seis da manhã e à meia noite. Cumprimos isso na Venezuela, já que a rede de televisão é aberta, e não cumprimos na rede internacional. Além disso, os pronunciamentos que o governo estipula em cadeia nacional de rádio e televisão são transmitidos pela Telesur Venezuela e não são pela Telesur internacional. Nos domingos, a Telesur Venezuela exhibe, a partir das 11 da manhã, o Aló Presidente, programa semanal de Hugo Chávez.

E em relação aos comerciais na Telesur?

Os espaços promocionais da Telesur, durante o intervalo, são pagos ou são trocados. É o caso da PDVSA, que pagou um espaço comercial na programação. No entanto, fazemos propaganda incentivando o turismo em Cuba, ou sobre o governo da Argentina. Mas é importante deixar claro que o apoio de patrocinadores e os nossos mantenedores não interferem a política editorial da emissora. Já transmitimos, por exemplo, um discurso completo de Uribe criticando o presidente Chávez sobre sua suposta relação com as FARC.

Anexo C

Entrevista realizada com Armando Jimenez, diretor de informação da Telesur, na sede da emissora em Caracas, Venezuela, no dia 16/01/2008.

Quantas pessoas trabalham na teleSUR?

Um faixa de 160 no total em Caracas e na América Latina. Isso inclui nossas sucursais, que são 12 no continente americano: Washington, Havana, Cidade do México, Manágua, Haiti, Caracas, Bogotá, La Paz, Quito, Lima, Buenos Aires e Brasília. Temos também, nos países onde não temos sucursais, colaboradores que frequentemente fazem matérias para a Telesur como free-lancers.

Como se estrutura a rotina de produção jornalística na Telesur?

Temos diariamente três reuniões de pauta, que são reuniões editoriais, informativas e organizativas. Às oito da manhã, às três da tarde e às nove da noite. A reunião da noite vai decidir os principais assuntos que vão ser notícias no próximo dia e as reuniões da manhã e tarde vão decidir pelas notícias da tarde e da noite, respectivamente. Estamos estruturados por um diretor de informação geral.

Quantos países fazem parte da teleSUR?

Venezuela, Cuba, Argentina, Equador, Bolívia, Nicarágua e Uruguai. Telesur tem uma distribuição gratuita por todo o continente latino-americano. No entanto, é muito difícil manter esta distribuição em canal aberto, devido às múltiplas limitações legais e as diferentes legislações entre os países. O canal, no entanto, é transmitido por cabo.

Anexo D

Fotos



IMAGEM 1 – A sede da Telesur fica no mesmo prédio onde está instalada a estatal Venezuelana de Televisión



IMAGEM 2 – Entrada principal da emissora